



Índice

- 01** [Incrá deve reassentar famílias que ocupam de boa-fé área indígena, recomenda Ministério](#)

[Público](#)

- 02** Índios desocupam prédio público, em Vilhena, RO, mesmo sem acordo

- 03** Curso de Viveirista promovido pela Ecoporé capacita indígenas de Rondônia

- 04** Proextrativismo chega ao município de Pedra Branca do Amapari, beneficiando 120 extrativistas

- 05** Associação Wyty Câte dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins realizará sua grande assembleia geral e eletiva

- 06** Em Paranhos (MS), indígenas protegidos pelo Estado recebem novas ameaças de morte

- 07** Prestação de Contas do MPF BA ignora 6ª Câmara, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais

- 08** TRF4 autoriza permanência de comunidade indígena em Guaraqueçaba

- 09** Estudantes indígenas realizam exposição coletiva na UFMT

- 10** Cursos :: Pronatec Campo oferece curso técnico para trabalhadores rurais

- 11** Os índios vistos pela mídia

- 12** Cortem a língua deles, por José Ribamar Bessa Freire

- 13** Fazenda de traficante vale 219% mais do que valor pago a área indígena



- 14** MP busca solução para polêmica na Cidade Ocidental
- 15** Pescadores e ribeirinhos aderem programas de manejo de peixes e quelônios na Amazônia
- 16** Deputado divulga Parecer e Substitutivo da PEC 215 “substanciado vigorosamente” na decisão

do STF sobre Guyraroká

- 17** CE: Evento em Caucaia homenageia o Dia da Consciência Negra
- 18** Nota de repúdio das lideranças Kaingang contra a postura agressiva da PF e Brigada Militar
- 19** Exploração de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais
- 20** Grande Assembleia do povo Terena reafirma a luta pelo território tradicional
- 21** Comunidades quilombolas: cultura é forte expressão de resistência de povos em luta pela

posse definitiva da terra

- 22** Cientistas descobrem que índios brasileiros tinham ascendência polinésia
- 23** Decisão sobre MS ameaça demarcações pelo país
- 24** Carta do III Encontro Índios & Quilombolas de Oriximiná
- 25** Como alguns celulares velhos podem ajudar os índios a denunciarem o desmatamento na

Amazônia

- 26** Universidade Estadual oferece 2.388 vagas e 719 para negros e índios em 2015
- 27** Povos e comunidades tradicionais se reúnem em Brasília
- 28** Ato público defende cidadania dos povos tradicionais
- 29** Incra publica relatório para delimitação de território quilombola em Sergipe



01 Incra deve reassentar famílias que ocupam de boa-fé área indígena, recomenda Ministério Público
SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 21.11.2014

Home Notícias

Documento alerta que já foi determinada pela Justiça a saída de famílias não indígenas de área do povo Tembé no nordeste do Pará

O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA) e o Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA) enviaram notificação ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em que recomendam que o órgão estabeleça plano de ação para a retirada de famílias não indígenas da Terra Indígena (TI) Alto Rio Guamá, dos índios Tembé, área de 280 mil hectares no nordeste do Estado.

Entre as famílias a serem retiradas, para as classificadas como ocupantes de boa-fé, o MP quer que o Incra faça o cadastramento urgente e o assentamento em áreas do Estado destinadas a esse objetivo. Na recomendação, o MP observa que decisão judicial obrigou que as famílias não indígenas a sair da área em 30 dias, sob pena de retirada forçada.

Assinada pela procuradora da República Nathália Mariel Ferreira de Souza Pereira e pela promotora de Justiça Eliane Cristina Pinto Moreira, a recomendação estabelece prazo de 20 dias para que o Incra apresente resposta ao MP. Se a resposta não for apresentada ou for considerada insuficiente, o caso pode ser levado à Justiça.

Sem planos – Apesar de a desintrusão (retirada de não índios) da TI Alto Rio Guamá ser um debate realizado há anos, que já motivou duas audiências públicas e que é feito até pela Ouvidoria Agrária Nacional, o Incra ainda não apresentou à Justiça plano de retirada dessas famílias e reassentamento das de boa-fé, critica o MP na recomendação.

Segundo as representantes do Ministério Público, a solução para a desintrusão é urgente porque há “possibilidade de grave e irreparável dano social na área em contraste com a necessidade de reocupação da área indígena por seus legítimos ocupantes”.

02 Índios desocupam prédio público, em Vilhena, RO, mesmo sem acordo
SÍTIO GLOBO.COM (G1), 21.11.2014

*Índios ocuparam polo de atendimento de saúde na quarta-feira, 19.
Prédio foi desocupado após reunião; nova negociação será em dezembro.*

Lauane Sena

Do G1 RO



Índios Mamaindê pedem melhorias no atendimento de saúde, em Vilhena, RO (Foto: Lauane Sena/G1)

Mesmo sem um acordo, os indígenas da aldeia Mamaindê que ocupavam a sede do Polo de Atendimento da Saúde Indígena, em Vilhena (RO), município distante cerca de 700 quilômetros de Porto Velho, deixaram o local. A desocupação aconteceu no início da tarde de quinta-feira (20), após uma reunião com a enfermeira responsável pela região, Oliviam Leme.

O encontro durou cerca de uma hora, mas as negociações não avançaram. Ainda assim, os índios decidiram voltar para a aldeia e uma nova reunião foi marcada para o dia 10 de dezembro. "Dos objetivos que estamos reivindicando não recebemos nenhuma proposta. Foi marcada uma reunião dia 10 de dezembro para discutirmos sobre a manifestação com as demais lideranças", diz.

Os indígenas reivindicam melhorias no atendimento, na comunicação e a substituição da enfermeira responsável pelo polo. Cerca de 60 índios ocuparam o local na manhã da última quarta-feira (19).

A enfermeira responsável pela região, Oliviam Leme, foi procurada pela reportagem do **G1**, mas não quis

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

se pronunciar sobre o caso. Os representantes da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) também foram procurados, mas não foram localizados.

03 Curso de Viveirista promovido pela Ecoporé capacita indígenas de Rondônia
SÍTIO RONDÔNIA DIRETA, 22.11.2014

Dezenove indígenas de diversas etnias foram capacitados no primeiro curso de viveiristas, promovido pela ONG Ecoporé em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé

Por ONG Ecoporé



Dezenove indígenas de diversas etnias foram capacitados no primeiro curso de viveiristas, promovido pela ONG Ecoporé em parceria com a Universidade Federal de Rondônia, Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé e com apoio da rede ambiental Friends of the Earth Sweden, da Suécia.

De acordo com o ministrante do curso, técnico florestal Derlival Batista, o curso possibilitou a capacitação dos indígenas que implantarão viveiros nas comunidades no qual produzirão mudas para recompor suas áreas degradadas. “A ideia foi repassar os conhecimentos básicos sobre construção de viveiros, produção de mudas, coleta de sementes, formas de propagação das espécies para que sejam aplicados na comunidade. Esta ação também integra as atividades do projeto Viveiro Cidadão, desenvolvido pela Ecoporé e patrocinado pela Petrobras através do Programa Petrobras Ambiental”, disse.

As Terras Indígenas vêm sofrendo com o desmatamento, erosão e perda da biodiversidade devido à

CONT.



crescente pressão pelos recursos naturais. Mayara Roberta, da etnia cinta larga, destacou que atuará também como multiplicadora do conhecimento em sua comunidade. “Nós aprendemos sobre diversas técnicas e em como implantar um viveiro. Foi bastante produtivo pois possibilitará o resgate das nossas áreas degradadas e replantar as espécies que estão desmatadas pelos madeireiros, como mogno e itauba”, disse.

Dentro da aldeia La Petania localizada na linha 11 em Cacoal (RO) o povo PaiterSuruí, desde 2005 vem realizando o reflorestamento de áreas que foram desmatadas há 15 anos, por madeireiros que derrubavam as árvores para vender a madeira de forma ilegal. Segundo o indígena Roni Suruí, de 27 anos, que está participando do curso, as técnicas aprendidas serão repassadas para os demais membros da aldeia. “Todos os anos pegamos uma área para reflorestar, em oito anos já conseguimos recuperar 30 hectares. O conhecimento que estou adquirindo irei aplicar na aldeia, na manutenção do viveiro que já temos, para cultivar mais opções de árvores nativas e frutíferas”, afirmou Roni, contando que o povo Paiter possui 288 mil hectares de floresta em Rondônia e Mato Grosso.

Os estagiários da ONG Ecoporé, Romas Pereira e Leonardo Amaral também ministraram o curso com carga horária de 24 horas, ocorrido entre os dias 11 a 13 de novembro de 2014, no viveiro de mudas da Ecoporé, em Rolim de Moura.

Ao final, todos os participantes receberam os certificados.



04 Proextrativismo chega ao município de Pedra Branca do Amapari, beneficiando 120 extrativistas
SÍTIO AMAZÔNIA BRASIL, 22.11.2014

PUBLICADO POR CHICO TERRA

Na manhã deste sábado, 22, o governador Camilo Capiberibe cumpriu agenda no município de Pedra Branca do Amapari, onde entregou 120 kits do Programa de Desenvolvimento da Produção Extrativista no Amapá (Proextrativismo) a integrantes da Cooperativa de Produtores Agroextrativistas do Oeste Amapaense (Coopetral).

"Estamos ajudando o produtor a caminhar com suas próprias pernas e, ao mesmo tempo, dando as orientações necessárias para que eles entendam a importância de cada um dentro do processo de desenvolvimento do Amapá. Proextrativismo não só preserva o meio ambiente, mas prepara para o futuro de quem vive na floresta", sublinhou Camilo Capiberibe.

O presidente da Coopetral, Raimundo Apóstolo Santana, destacou que o governador está deixando sementes que precisam ser cultivadas pelos gestores que virão. "Essas políticas que valorizam o homem do campo não podem mais ser interrompidas. Elas pertencem ao povo do Amapá e nós vamos cobrar isso dos gestores que virão", reforçou.

A diretora do Instituto Estadual de Florestas, Ana Euler, informou que o programa vai além de doação de kits, que as etapas seguintes consistem em avaliar o potencial da floresta para que as famílias que ali vivem possam acessar os ativos ambientais.

"Precisamos ter as compensações dos organismos nacionais e internacionais, a exemplo do que já ocorre no Estado do Acre, pela manutenção da floresta em pé. Quem cuida do meio ambiente merece reconhecimento e o Governo do Amapá está trabalhando junto com os extrativistas para tornar esse reconhecimento em renda financeira", explicou Ana Euler.

Camilo Capiberibe encerrou a agenda em Pedra Branca garantindo que, até o dia 31 de dezembro, continuará os programas criados em seu governo, bem como inaugurando obras. "A partir de 2015, minha missão é fiscalizar a continuidade dessas políticas públicas porque elas não pertencem a mim, mas sim ao povo do Amapá".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

O programa

Lançado em julho de 2012, o objetivo do programa é fomentar e desenvolver as cadeias produtivas do açaí, da castanha-do-brasil, do cipó-titica e da madeira. Os benefícios para extrativistas que trabalham com esses produtos vão desde o aporte financeiro para promover o manejo no processo de extração, licenciamento ambiental, assistência técnica para a melhoria na qualidade do produto a ser comercializado até as compensações ambientais.

O apoio

Produtores de madeira terão um incentivo de R\$ 3,5 mil. Os que trabalham com açaí e com a castanha-do-brasil serão beneficiados com R\$ 1,5 mil. E extrativistas do cipó-titica receberão R\$ 1 mil. Os recursos são do Fundo de Desenvolvimento Rural do Amapá (Frap).

O kit

O kit contém mais de 20 itens fundamentais para o manejo de açaizais, como Equipamento de Proteção Individual (EPI), botas, luvas, capacetes, lonas, facão e rancho (suplementos alimentares de apoio aos extrativistas durante os dias em campo).

Não reembolsável

Os recursos do Frap concedidos aos agricultores beneficiados pelo programa são de fomento, ou seja, não precisam retornar aos cofres do Estado de outra forma que não seja em produção.

Compensação ambiental

A segunda fase do Proextrativismo compreende linhas de crédito específicas, com recursos mais robustos, para os beneficiados que cumprirem com as orientações da primeira etapa. Essas linhas de crédito são destinadas a pagamento por serviços ambientais que serão amortizadas.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

05 Associação Wyty Câte dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins realizará sua grande assembleia geral e eletiva

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Mulheres Timbira, durante evento em Palmas-TO, (foto: Laila Meneses. CIMI. Maio de 2013)

[Associação União das Aldeias Apinajé-PEMPXÀ](#)

Confirmada para acontecer no período de 29/11 a 02/12/2014 a Assembleia Geral da Associação Wyty Câte dos Povos Timbira do Maranhão e Tocantins. O evento será realizado no Centro de Estudos e Pesquisas Timbira – Pemxwyj Hemptà, em Carolina no Sul do Maranhão e terá a participação dos caciques, associados e membros das organizações dos povos Apinajé, Krahô, Krikati, Gavião, Romkomkamekrá e Apaniekrá. Estão sendo esperados representantes do CTI, COAPIMA, MOPIC e outras organizações indígenas e indigenistas do Brasil.

A Fundação Nacional do Índio-FUNAI e suas respectivas Coordenações de Barra do Corda, Carolina, Itacajá, Tocantinópolis, Imperatriz, Palmas e Brasília, o MPF-MA e TO, CONDISI e SESAI, também deverão enviar suas representações. A previsão é que mais de 200 pessoas entre lideranças indígenas e não-índios representantes de órgãos públicos e entidades parceiras participem da assembleia.

Durante os três dias do evento serão tratados questões importantes de interesse dos Povos do Cerrado,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

com ênfase para o Território, a Cultura, a Saúde e o Meio Ambiente, na ocasião será realizada também a eleição da nova diretoria da Associação Wyty Câte, para o período de 2014 a 2018. Estamos na expectativa da realização de uma grande e proveitosa assembleia onde deverão ocorrer debates, deliberações e encaminhamentos de pauta das organizações dos Povos Timbira.

Terra Indígena Apinajé, 22 de novembro de 2014

06 Em Paranhos (MS), indígenas protegidos pelo Estado recebem novas ameaças de morte
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



CIMI

O que Otoniel Guarani Kaiowá considerava boato até bem pouco tempo atrás se concretizou neste finzinho da semana. Nas ruas de Paranhos, cone sul do Mato Grosso do Sul, fronteira com o Paraguai, as conversas sobre os “incômodos” gerados pela atuação de Otoniel junto aos tekoha localizados no município têm mobilizado grupos de políticos e comerciantes ligados aos latifundiários daquelas terras.

Quem ouviu as conversas também viu quem tagarelou nelas. O caso então foi encaminhado ao Ministério Público Federal (MPF). “Fazia algum tempo que vez ou outra alguém dizia para eu tomar cuidado, porque em Paranhos tinha gente ‘importante’, da política, dizendo que eu estava atrapalhando as coisas. Agora ficou comprovado”, diz Otoniel. O indígena afirma que noticiou os fatos ao comando da Operação Guarani, da Polícia Federal.

De acordo com os indígenas, políticos de Paranhos e alguns comerciantes próximos de fazendeiros que ocupam o tekoha Arroio Korá, dos Guarani Nandeva, já homologado, mas invadido pelos latifundiários, dizem que a liderança “faz a cabeça dos índios ali” impedindo supostas negociações. Dessa forma, os Guarani exigem o território e ocupam parte dele em retomada – mesmo já sendo um bem da União de usufruto exclusivo daquela comunidade.

CONT.



Otoniel afirma que comunicou a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH-PR) tão logo confirmou a relevância das ameaças. O indígena faz parte do Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH), assim como o cacique do tekoha Arroio Korá, Dionísio Guarani Ñandeva, também ameaçado com regularidade por jagunços e através de recados endereçados a ele. Outros seis indígenas do MS fazem parte do programa – três Guarani Kaiowá, um Guarani Ñandeva e dois Terena.

“Depois que começou (comunidade do Arroio Korá) a reivindicar o direito e a retomar a terra homologada, esses fazendeiros e políticos passaram a responsabilizar liderança. Fico preocupado, porque eu sei de onde vem ameaça, mas a comunidade está atenta e confio em Ñanderu”, diz. Otoniel espera que a SDH baixe no MS para visitas às comunidades que esperam na antessala dos atentados pela regularização e ocupação definitiva de suas terras.

Arroio Korá

Em agosto de 2012, uma área de retomada do tekoha Arroio Korá, homologado em dezembro de 2009, foi atacada e, sob fogo cerrado, o susto e a fome mataram a pequena Geni Centurião Guarani Ñandeva. Os pistoleiros queimaram alimentos e ficaram horas atirando contra os indígenas, recarregando suas armas com munições trazidas pelos jagunços em caminhonetes. Atirados à lama, os Guarani, incluindo as 120 crianças, permaneceram durante horas cercados pela situação desesperadora de opressão, tiros, gritos de ameaças e fome.

Dos 7.176 hectares homologados, atualmente os indígenas ocupam menos de 700. As fazendas Liane e Campina, palco do ataque de 2012 e onde a aldeia foi instalada, fazem parte da terra homologada. A justificativa dos invasores é de que um embargo à homologação expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) os legitimam nas ‘propriedades’.



07 Prestação de Contas do MPF BA ignora 6ª Câmara, Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 22.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Slide 8 da Apresentação do MPF BA: sem menção aos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Tania Pacheco – [Combate Racismo Ambiental](#)

O Ministério Público Federal na Bahia realizou anteontem, 20 de novembro, uma Consulta Pública com dois objetivos: informar e prestar contas sobre sua atuação e ouvir a sociedade civil, para “identificar temas importantes em que deve atuar”. Segundo o release divulgado (ver abaixo), cerca de 50 pessoas participaram da Consulta aberta pelo Procurador-chefe, que apresentou data-show com “a estrutura do órgão no Brasil e na Bahia, explanou sobre as áreas de atuação e esclareceu como podem ser feitas denúncias, mostrando o percurso feito por essas representações”. Em seguida, diz o release, os participantes “puderam fazer questionamentos e apresentar suas sugestões (...). Dentre os temas abordados, destacaram-se também questões ambientais, indígenas, minorias e, principalmente, o combate à corrupção em municípios do interior”

O curioso é que, se não fosse por esta frase final, a respeito dos “temas abordados” pelas pessoas que exerceram sua cidadania participando da Consulta, a palavra ‘indígenas’ parece que não teria sido mencionada. Nos 39 slides da Apresentação, a razão de ser da atuação da Coordenadora Deborah Duprat e demais integrantes da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão* – os Povos Indígenas e Comunidades

CONT.



Tradicionais – foi totalmente esquecida, como pode ser visto no slide 8, reproduzido acima. Nem mesmo nos sete slides dedicados a listar os casos nos quais a atuação do MPF mereceu destaque na imprensa, os Tupinambá, os Pataxó ou os quilombolas de Rio dos Macacos, para ficarmos nesses casos mais gritantes, foram lembrados.

Há justificativa para esse esquecimento? Para considerarmos o quanto isso é inaceitável basta lembrarmos os verdadeiros acintes à Justiça cometidos ao longo do ano contra o Cacique Babau e seus parentes, que chegaram ao noticiário internacional, inclusive, por envolverem em determinado momento até mesmo o cancelamento de uma audiência com o Papa. No caso de Rio dos Macacos, a agressão sofrida pelos irmãos e lideranças Rose Meire e Ednei Messias dos Santos, em janeiro, documentada em vídeo da própria Marinha e **disponível na internet**, foi inclusive objeto de denúncia da Defensoria Pública da União. Pior: levou a inquérito sob a responsabilidade do próprio MPF, conduzido pelo procurador regional substituto dos Direitos do Cidadão, [Edson Abdon](#). Inquérito que ocupou manchetes com destaque, até aparentemente cair no esquecimento da imprensa baiana. E, ao que parece, do próprio MPF.

Se povos indígenas e quilombolas foram esquecidos na Apresentação, na qual os chamados ‘crimes do colarinho branco’ ocuparam bom espaço, na área do Meio Ambiente (4ª Câmara) tivemos uma notícia que vale aqui citar : “O MPF/BA garantiu o tratamento de vítimas de contaminação por metais pesados, em Santo Amaro”. Será que o pesadelo das vítimas do chumb0 terminará mesmo? Tomara! Outras vitórias citadas:

“a proteção das Ilhas de Coroa Branca e do Chegado/Passarinho, também em Santo Amaro, e da Ilha do Cativo, em Saubara/BA; das praias de Saubara e Camaçari/BA; e da Reserva Extrativista do Iguape. O saldo positivo da atuação do Ofício do Meio Ambiente do MPF/BA também se estende nas áreas de proteção do patrimônio cultural, com decisões que determinaram a recuperação do Forte do Barbalho e do Arquivo Público da Bahia”.

Nenhuma menção ao Porto Sul ou à contaminação da Baía de Todos os Santos, mas...

Aproveitando: a **6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF** trata especificamente dos temas relacionados a populações indígenas e comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas, ciganos. O curto texto de Apresentação disponível na página referente a ela informa ainda que “O principal desafio dos procuradores que atuam nas temáticas da 6ª Câmara é assegurar a pluralidade do Estado brasileiro na perspectiva étnica e cultural, como a Constituição determina”. Que assim seja na Bahia também.

CONT.



A notícia do site do MPF BA:

Saúde, Educação e desvio de verbas públicas foram temas recorrentes na consulta pública realizada pelo MPF/BA

A consulta foi realizada no auditório da sede do MPF/BA, em Salvador, e contou com a participação da sociedade civil e diversos órgãos das esferas municipal, estadual e federal

Intensificar as ações nas áreas de Saúde, Educação e no combate à corrupção foi um dos principais pedidos ao Ministério Público Federal na Bahia (MPF/BA) na Consulta Pública realizada na tarde de ontem, 20, na sede do órgão. A primeira consulta pública presencial do MPF reuniu cerca de 50 pessoas no auditório, entre cidadãos, representantes da sociedade civil, de entidades públicas e privadas e de organizações não-governamentais. Todos vieram dar sua opinião e contribuições a fim de que o órgão possa identificar temas importantes em que deve atuar.

A abertura da consulta foi realizada pelo procurador-chefe do MPF/BA, Pablo Barreto, que apresentou a estrutura do órgão no Brasil e na Bahia, explanou sobre as áreas de atuação e esclareceu como podem ser feitas denúncias, mostrando o percurso feito por essas representações.

A seguir, os presentes puderam fazer questionamentos e apresentar suas sugestões sobre a atuação do MPF no estado da Bahia. Dentre os temas abordados, destacaram-se também questões ambientais, indígenas, minorias e, principalmente, o combate à corrupção em municípios do interior. Os participantes buscaram saber como o MPF tem atuado nessas áreas.

O procurador-chefe informa que o objetivo é realizar uma consulta anual, para que haja um direcionamento da força de trabalho do órgão. “O quadro de pessoal do MPF é exíguo, o que nos leva a uma priorização das informações trazidas. Utilizando índices oficiais, grupos de trabalho e a oitiva da sociedade, os dados serão utilizados para direcionar nossa atuação em 2015”, completou.

Modernização – A primeira edição da consulta pública do MPF/BA foi realizada de 11 de novembro a 11 de dezembro de 2013, na modalidade virtual. A consulta integra o Planejamento Estratégico Institucional do MPF, sendo uma das iniciativas adotadas pelo MPF/BA para atingir o objetivo “aproximação com o cidadão”. A participação do público é fundamental para melhorar a atuação do órgão em todo o estado. As críticas, sugestões e contribuições resultantes da consulta pública, somadas às iniciativas de modernização do MPF, ensejarão novas e melhores formas de prestar serviços de excelência à sociedade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Acesse [aqui](#) a apresentação com a prestação de contas da atuação do MPF/BA.

Assessoria de Comunicação

Ministério Público Federal na Bahia

Tel.: (71) 3617- 2294/2296/2200

E-mail: prba-ascom@mpf.mp.br

www.twitter.com/mpf_ba



08 TRF4 autoriza permanência de comunidade indígena em Guaraqueçaba
SÍTIO BEM PARANÁ, 22.11.2014

Pedido da Funai conseguiu cassar decisão provisória que determinou retirada de indígenas

22/11/14 às 11:24 - Atualizado às 15:48 Redação Bem Paraná, com assessoria

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) cassou a decisão liminar da Justiça Federal em Paranaguá que determinava a retirada de uma comunidade indígena Guarani da reserva Biológica Bom Jesus. A liminar foi concedida em janeiro de 2014 atendendo a pedido do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) em Ação Civil Pública. Com a decisão do TRF4 de suspender os efeitos da liminar, atendendo a pedido da Funai através de um Agravo de Instrumento, a ACP será analisada sem a necessidade de despejo da comunidade.

Após a decisão liminar da Justiça Federal em Paranaguá determinando a retirada da comunidade indígena da reserva em um prazo de 60 dias, o Ministério Público Federal (MPF) recebeu os indígenas e a Funai para tratar sobre o tema. Após consulta a especialistas e análise da ação judicial, o MPF entendeu ser possível garantir, ao mesmo tempo, a proteção ambiental da reserva e o respeito aos direitos da comunidade indígena. Desta forma, o MPF requereu à Justiça Federal a reconsideração da decisão liminar e a realização de uma audiência de conciliação entre a Funai, o ICMBIO e os indígenas. Na audiência, realizada em outubro, o ICMBIO negou uma conciliação sobre o caso. A Justiça Federal não reconsiderou a decisão liminar e apenas ampliou o prazo para a saída dos indígenas, até que a Funai providenciasse um local alternativo para a comunidade.

Com o objetivo de suspender a decisão liminar, a Funai ingressou com Agravo de Instrumento no TRF4. O MPF, convencido sobre a legitimidade da decisão da comunidade indígena em permanecer na reserva biológica, o que se fundamenta no autorreconhecimento protegido pela Convenção 169 da OIT, atuou em favor do recurso ajuizado pela Funai. Após manifestação da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, o TRF4 julgou procedente o Agravo de Instrumento e cassou a liminar da Justiça Federal em Paranaguá que determinava a retirada dos indígenas. A controvérsia será agora analisada no transcorrer da ACP, onde caberá ampla dilação probatória sobre a questão, e com a efetivação do devido processo legal.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

09 Estudantes indígenas realizam exposição coletiva na UFMT
SÍTIO MIDIA NEWS, 22.11.2014

Mostra será aberta na próxima segunda-feira (24), às 18h30

Reprodução



As fotografias são resultado da oficina de fotografia realizada pelo mestrando em estudos de Cultura Contemporânea

DA REDAÇÃO

Estudantes indígenas da Universidade Federal de Mato Grosso serão a oportunidade de apresentar o mundo que os cerca através da Exposição coletiva " Olhares: povos indígenas e o contemporâneo", que será aberta na próxima segunda-feira (24) às 18h30h no Museu de Arte e de Cultura Popular (Centro Cultural) da UFMT.

As fotografias são resultado da oficina de fotografia realizada pelo mestrando em estudos de Culturas Contemporâneas Téo de Miranda e apoiada pela Coordenação de vivência, esporte e lazer da Universidade Federal de Mato Grosso, através do edital Prócultura 2014 e o Proind – Programa de inclusão indígena da UFMT, coordenado pela Professora Dra. Carmem Silva.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Segundo Miranda a oficina teve como objetivo compartilhar o conhecimento acerca da manipulação de equipamentos de captura de imagem e o registro de situações que acreditem ser importantes. Para alcançar esse objetivo, as aulas foram realizadas com a presença da Dra. Naine Terena de Jesus (pesquisadora do LÊTECE/Instituto de Educação da UFMT) e o fotógrafo Laércio Miranda, que tem vasta experiência na temática ambiental e povos indígenas.

As imagens captadas pelos estudantes indígenas para a exposição abordam diferentes temáticas, perpassando pelo cotidiano nas suas aldeias, a natureza, a identidade nos dias atuais e a relação com a cidade.

Para Adriana Kapovi, do povo Bakairi e estudante de Serviço Social, esta foi uma experiência única. Para ela, independente da imagem a ser fotografada o que prevalece é o olhar do/a fotógrafa/o. “Através da foto transmitimos vários mensagens e poesia”, explica Adriana.

Já, Francisneide Avelino, Paresi que estuda medicina Veterinária, informa que gostou muito e sempre quis participar de uma oficina de fotografia. Ela explica que escolheu fotografar a construção de uma ‘hati’, residência Paresi, por que acredita ser importante apresentar uma casa tradicional dos povos Paresi para o público não indígena.

Serviço:

Exposição coletiva ” Olhares: povos indígenas e o contemporâneo’

Local: Museu de Artes da UFMT

Horário: 18h30

Informações: (65) 9977-0835 / 8418-0343



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

10 Cursos :: Pronatec Campo oferece curso técnico para trabalhadores rurais
SÍTIO AGROSOFT, 22.11.2014

O [Pronatec Campo](#) é uma modalidade de acesso ao ensino técnico para trabalhadores rurais. O programa oferece cursos de formação profissional voltados para os agricultores familiares, assentados e acampados da reforma agrária e comunidades tradicionais, com o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais e o acesso ao mercado de trabalho. Para falar sobre o assunto, o programa recebe o Coordenador de Formação da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do [Ministério do Desenvolvimento Agrário](#) (MDA), Cássio Trovatto.

<http://www.agrosoft.org.br/agropag/230883.htm#.VHM7VYvF-So>

FONTE

[TV NBR](#)

11 Os índios vistos pela mídia
SÍTIO CORREIO DO BRASIL, 23.11.2014

Por **José Ribamar Bessa Freire**, de Niterói



Colunista Bessa Freire lembra o episódio da Expedição Calleri e dos índios Waimiri-Atroari

A manchete do Estadão (23/11/68) usou o verbo trucidar e as palavras chacina e ferocidade quando noticiou que nove corpos de membros da Expedição Calleri foram localizados, em 1968, no território dos Waimiri-Atroari. Embora ninguém soubesse ainda o que havia efetivamente ocorrido, o repórter, antes mesmo de se deslocar até a área, se apressou em afirmar que os índios eram os autores da carnificina. Para isso, exibiu antecedentes históricos sem mencionar qualquer referência documental:

“Calcula-se que mais de 1500 brancos foram massacrados pelos Waimiri-Atroari de umas décadas para cá”.

Quem calculou? O sujeito é indeterminado. Quantas décadas? O período é impreciso. De onde tirou os dados? Sabe Deus, que é o Único a poder desvendar os mistérios existentes dentro de uma cabeça podre. O certo é que, sem citar fontes, o Estadão traça o perfil dos Waimiri de forma sádica e preconceituosa: “Os silvícolas costumam picar suas vítimas em pedacinhos e queimá-las até virarem cinzas”. Olhando agora, a gente duvida que alguém tenha sido tão malvado e perverso para publicar tal bobagem, digerida por milhares de leitores, muitos dos quais acabaram acreditando na potoca. O relato virou “verdade”, se fez carne e habitou entre nós.

CONT.



Afinal, quem matou os nove membros da Expedição, entre eles o padre Calleri? Quando suspeita que a ação é cometida por índios, a grande imprensa, em voz uníssona, apresenta-os como os sujeitos da ação e qualifica-os como feras, reforçando preconceitos. A Expedição visava atrair os “silvícolas” para afastá-los de seu território, que seria rasgado pela estrada Br-174. Apesar disso, para a mídia, os índios agiram não em legítima defesa da terra invadida, mas por causa de sua “natureza bestial”.

No entanto, quando ocorre o contrário, o sujeito da oração não é quem disparou o tiro assassino, continua sendo o índio, como registrou O Globo em manchete na última sexta-feira: “INDIO MORRE EM CONFRONTO COM POLICIAIS”. Ou seja, ninguém matou, ele é que morreu. Não há responsáveis. Também não “se calculou” os índios mortos “nas últimas décadas”.

Quem matou?

Na regra do jornalismo é preciso responder, entre outras perguntas, o “quem”, já no primeiro parágrafo, no lide. Quem matou o terena Oziel Gabriel, em Sidrolândia (MS), na fazenda que desde 2010 foi declarada Terra Indígena? Quem disparou os tiros que feriram muitos índios, entre eles, mulheres, idosos e crianças? Por que? Nenhuma análise foi feita pela mídia sobre as razões do conflito, nem sobre quantos índios “morreram” nas “últimas décadas”.

Um juiz federal deu a reintegração de posse ao ex-deputado Ricardo Bacha que jura, fazendo figa, que a terra é dele. Dez equipes da Polícia Federal e cem homens da Tropa de Elite da PM, armados, cercaram os índios, jogaram bombas e dispararam tiros. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo diz que “se a investigação comprovar irregularidade ou abuso, os responsáveis serão devidamente punidos”. Deixa ver se entendi bem: quer dizer que existe, então, “assassinato regular” e “assassinato irregular”? “Morte com abuso” e “morte sem abuso”?

- “Até o momento não se pode dizer de onde partiu o tiro. Não prejulgaremos” – disse Cardozo, que não faz prejulgamento quando se trata de saber quem matou índios, mas não hesita em prejulgar inofensivos facebookeiros quando denuncia “ativistas que estariam incentivando a violência nas redes sociais”.

O ministro não sabe, mas eu sei de onde partiu o tiro. Se ele quiser, posso testemunhar e dar os nomes aos bois e às vacas. O primeiro tiro foi disparado por um canhão em abril de 1.500 e de lá para cá, “nos últimos séculos”, metralhadoras de repetição não cessaram de cuspir fogo, disparadas por bandeirantes ao longo de todo o período colonial, por bugreiros no Império e na República e agora pelo agronegócio ávido em abocanhar as terras indígenas.

O que ocorreu aqui foi “a maior catástrofe demográfica da história da humanidade”, segundo demógrafos

CONT.



da Escola de Berkeley, que refinaram seus métodos de análise. Nunca uma região foi esvaziada tão violenta, drástica e rapidamente como o continente americano. Mas o processo não terminou no período colonial. Persiste ainda hoje. O colonialismo, como estrutura de dominação é historicamente datado, mas a colonialidade – para citar termo consagrado por Anibal Quijano – é mais profunda e duradoura. Continua entranhada na cabeça das pessoas, orientando comportamentos.

O que tem na cabeça de um ministro, de um juiz, de um jornalista, de um governador, de um policial, de um bispo e até de um fazendeiro, enfim, qual imagem têm do índio esses agentes que algumas vezes são obrigados a lidar com culturas dotadas de lógicas e de línguas tão diferentes? Que conhecimentos possuem eles sobre esses povos?

Bomba na maloca

Essas e outras perguntas foram respondidas pela jornalista e pesquisadora amazonense Verenilde Santos Pereira, que defendeu na última sexta-feira, 31 de maio, sua tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB) sobre a cobertura jornalística no “massacre” da Expedição Calleri. Ela conhece os jornais por dentro, trabalhou como repórter em vários deles, inclusive no “Porantim”, o jornal mensal do Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Em sua pesquisa, a agora doutora Verenilde fuçou arquivos, recuperou as matérias jornalísticas publicadas por jornais de Manaus e outros de circulação nacional para analisá-las e refletir sobre a singularidade jornalística na cobertura feita sobre a Expedição Calleri. Seu objetivo era descobrir o que foi silenciado para a afirmação de tal singularidade.

Aprendemos, nas escolas de jornalismo, que na construção de uma narrativa é preciso sempre ouvir o “outro lado”. Acontece que as matérias analisadas pela doutoranda foram compostas, paradoxalmente, com o silêncio dos índios, os principais protagonistas do episódio. A voz foi dada sempre só a um lado, especialmente às autoridades, que viam nos índios um obstáculo para a abertura da estrada Br-174. Como saber o que houve se não se ouve os índios?

Verenilde mostra como o então governador do Amazonas Danilo Areosa e o governador de Roraima Fernando Ramos Pereira concordaram, em repetidas declarações, que “uma minoria de índios não pode atravancar o progresso”. Até o bispo Dom João de Souza Lima, na celebração dos rituais fúnebres dos mortos na Expedição Calleri, fez um sermão condenando os índios que “por serem ignorantes não compreenderam o gesto de amor do padre Calleri e trucidaram os membros da expedição”.

A fala contra os índios foi articulada até mesmo pelo presidente da Funai, na época o jornalista Queiroz

CONT.



Campos, que devia combater os preconceitos e contribuir para que a população brasileira conhecesse um pouco mais as culturas indígenas. Ele declarou à Folha de São Paulo que “os índios são altamente ferozes, perigosos e costumam estraçalhar e queimar vivos os inimigos vencidos”.

Diante desse coro afinado de vozes, quem aloprou foi o coronel Jorge Teixeira, que emprestou seu nome a logradouros públicos em Manaus, de onde foi prefeito nomeado, e em Rondônia, de onde foi governador. Na época, ele era comandante do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) e falando daquele lugar o nosso Eichmann caboco apresentou a solução final:

- “Nós poderíamos resolver tudo com algumas bombas jogadas sobre as malocas à noite”.

A fala dos índios

A truculência e ignorância das autoridades, a subtração da informação, o emudecimento dos índios pela mídia levaram Verenilde a recuperar depoimentos e desenhos dos Waimiri-Atroari recolhidos por Egydio Schwade e Dorothy Muller, professores da Escola Waimiri, e pelo antropólogo Stephen Baines. Um artigo de Egydio publicado recentemente no Porantim relata o massacre dos índios na ditadura militar e registra o que foi subtraído do noticiário da mídia. A proposta do coronel Teixeira foi acatada.

Os Kiña – autodenominação dos Waimiri-Atroari – realizaram em setembro de 1974 uma festa na aldeia Kramna Mudi, no baixo rio Alalaú. Por volta de meio dia, um avião se aproxima. O pessoal sai da maloca pra ver: as crianças se concentram no pátio central. O avião derramou um pó mortal e matou 33 índios, deixando apenas um único sobrevivente, que relatou o fato dando o nome de cada um dos 33 parentes mortos, que não tinham qualquer sinal de violência no corpo.

Depoimentos de vários índios, entre os quais Damxiri, Panaxi e Yaba narram os massacres sofridos pelos Waimiri-Atroari. Verenilde, que os valoriza, usa o quadro teórico de Hannah Arendt, para quem “todas as dores podem ser suportadas se forem postas em uma história ou quando se conta uma história sobre elas”. Não se trata de mera descrição dos fatos, mas de um modo de pensá-los. Uma forma de estabelecer vínculo com o mundo é contar uma história dele, aí os fatos adquirem significado. É dessa forma que o pensamento narracional se afirma.

A tese analisa o comportamento da mídia na cobertura sobre a Expedição Calleri, usando a noção de “banalidade do mal” formulada por Hannah Arendt a partir do julgamento de Adolf Eichmann, oficial da Gestapo que exterminou judeus. A banalidade do mal se apoia na incapacidade de se colocar na pele do outro e a partir daí tentar compreender o “ponto de vista” do outro. Tal incapacidade leva a uma excessiva superficialidade e à derrota do pensamento ao tentar narrar o outro. É o que acontece com a mídia. A

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

imagem do índio criada pela mídia é fruto da banalidade do mal.

P.S.1 – Verenilde Santos Pereira: Singularidade Jornalística e violência: o “massacre” da Expedição Calleri. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). 31 de maio de 2013. Banca: Dra.Rita Laura Segato (orientadora), Wenderson Flor, Sérgio Dayrell Porto, Luiz Martins e José R.Bessa.

José Ribamar Bessa Freire é professor da Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNI-Rio), onde orienta pesquisas de doutorado e mestrado e da Faculdade de Educação da UERJ, onde coordena o Programa de Estudos dos Povos Indígenas.coordena o Programa de Estudos dos Povos Indígenas (UERJ), pesquisa no Programa de Pós-Graduação em Memória Social (UNIRIO) e edita o site-blog Taqui Pra Ti. Tem mestrado em Paris e doutorado no Rio de Janeiro. É colunista do novo Direto da Redação.

Direto da Redação é editado pelo jornalista Rui Martins.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

12 Cortem a língua deles, por José Ribamar Bessa Freire SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 23.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Os Guarani recebem, em Foz do Iguaçu, o título de Língua de Referência Cultural Brasileira assinado pela ministra da Cultura.

Em [Taqui Pra Ti](#)

A cada quinze dias acontece uma morte. Dizem que cortam a língua da vítima com requintes de crueldade. O cadáver desaparece misteriosamente sem deixar vestígio. Daqui até o natal haverá mais dois assassinatos em algum lugar do mundo, segundo previsão do investigador irlandês David Crystal, que busca pistas para explicar tantos crimes. Nenhum organismo policial, nacional ou estrangeiro, identificou até hoje os assassinos. Um seminário realizado em Foz do Iguaçu (PR), nesta semana, reuniu autoridades e especialistas da América Latina para discutir, entre outras questões, como evitar essas mortes consideradas crime contra a humanidade.

CONT.



Parece que os assassinos se inspiram em Genghis Khan que no séc. XIII, de forma indulgente, poupava a vida dos prisioneiros de guerra a quem deixava retornar em liberdade às suas casas. No entanto, para impedir que batessem com a língua nos dentes e passassem informações ao inimigo, cortava suas línguas. Daí a origem do provérbio mongol:

- Quem tem língua cortada não fala.

A mutilação praticada pelo exército mongol continua sendo feita simbolicamente no planeta. O crime é justamente esse: o glotocídio. A cada quinze dias morre o ultimo falante de uma das 6.700 línguas faladas atualmente em 193 países. Com ele desaparece para sempre mais uma língua.

Com o objetivo de criar estratégias para fortalecer as línguas ameaçadas na América Latina, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Ministério da Cultura organizaram nesta semana, de 17 a 20 de novembro, em Foz do Iguaçu, um encontro de autoridades e de autoridades no Seminário Ibero-americano da Diversidade Linguística, que reuniu mais de 400 pessoas comprometidas com a luta pelos direitos linguísticos das minorias. Participaram dos debates linguistas, historiadores, antropólogos, falantes de línguas indígenas e de línguas minoritárias de migração, além da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Durante o evento foi entregue o certificado das três primeiras línguas reconhecidas como referência cultural brasileira pelo IPHAN: o guarani – que é falado também em outros países do Mercosul, o Assurini do Trocará – língua falada nas margens do rio Tocantins (PA) e que quase desaparece afogada na hidroelétrica de Tucuruí e o Talián – vinda com os migrantes do norte da Itália e que hoje é falada no sul do Brasil. Essas três línguas, depois de terem sido cuidadosamente documentadas, fazem parte agora do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).

Línguas minorizadas

O reconhecimento de uma língua como referência cultural requer que ela seja falada em território brasileiro há pelo menos três gerações e que seus falantes solicitem ao IPHAN o pedido de inclusão no INDL, que é então analisado por uma comissão técnica interministerial. Esse caminho pode ser seguido por mais de 300 línguas faladas no Brasil, entre elas as línguas indígenas que são autóctones e estão aqui enraizadas e as línguas alóctones que vieram para o Brasil trazidas por migrantes. Das línguas indígenas apenas 11 têm acima de cinco mil falantes, o que significa que a maioria corre sério risco de extinção.

Essas línguas chamadas minoritárias foram minorizadas no processo histórico, ficando com número reduzido de falantes: apenas 5% da população do planeta. No entanto, elas constituem maioria expressiva

CONT.



se considerarmos a quantidade de línguas faladas no mundo inteiro por tais minorias, que representam 95% das línguas existentes no Atlas Linguístico Mundial, 15% das quais em continente americano. Portanto, os direitos linguísticos reivindicados se referem a uma minoria de falantes, mas também à maioria das línguas existentes no mundo que garantem a manutenção da glotodiversidade.

O que é, afinal, que se quer com a defesa da diversidade linguística? Já seria plenamente justificável lutar exclusivamente pelos direitos legítimos das minorias de continuarem pensando, cantando, amando, narrando, trabalhando e sonhando em suas línguas, mas essa luta ganha força quando sabemos que ela inclui a sobrevivência das próprias línguas, que só seus falantes podem garantir. Muitas espécies vivas de plantas e de animais que estão em perigo são conhecidas apenas por determinados povos cujas línguas – que produziram e armazenam tais conhecimentos – são consideradas moribundas e estão ameaçadas de extinção.

O linguista Aryon Rodrigues, depois de esboçar um panorama das línguas indígenas da Amazônia, concluiu que nelas se encontram fenômenos fonéticos, gramaticais, de construção do discurso e de uso das línguas, que não se encontram em línguas de outras partes do mundo. Daí a preocupação de mantê-las vivas. Essas línguas constituem, junto com o material arqueológico disponível, as pistas que melhor nos informam sobre a ocupação do território americano, datas e movimentos migratórios.

A sobrevivência das línguas ditas minoritárias interessa, portanto, não apenas aos seus falantes, mas ao conjunto da humanidade, pois está relacionada à preservação da biodiversidade. A diversidade linguística se torna assim tão vital para a sobrevivência da espécie humana quanto à diversidade biológica.



CONT.



O glotocídio

Segundo David Crystal em seu livro “A revolução da linguagem” hoje, no planeta, ainda são faladas 6.700 línguas, mas a situação é dramática, porque em média, uma língua desaparece a cada duas semanas. Línguas morrem, o que é natural. O preocupante, para ele, é a velocidade da perda que está se fazendo sem precedentes na história escrita, decretando morte prematura, um glotocídio anunciado.

- Uma língua começa a desaparecer quando seus falantes são expulsos de suas terras ou quando a comunidade, por essa e por outras razões, perde o desejo de preservá-la” diz Crystal, para quem “se uma língua que nunca foi documentada morre, é como se jamais tivesse existido, porque não deixa qualquer vestígio. E uma língua morre – diz ele – quando o penúltimo falante desaparece, pois então o último já não tem mais ninguém com quem conversar”.

No seminário foi lembrado o drama recente de dois índios. Um deles – Tikuein – único falante da língua Xetá, vivia na aldeia São Jerônimo, norte do Paraná com índios Kaingang e Guarani. Como estratégia para manter a língua viva, ele falava com o espelho e algumas vezes, caminhando pela aldeia, com um interlocutor fictício.

O outro caso foi registrado em 1978 por Zelito Viana no filme Terra de Índio. Ele gravou dona Maria Rosa que vivia no Posto Indígena Icatu (SP) e era ali a única falante da língua Ofaié Xavante. Quando a fez escutar o que ela mesma havia dito, dona Maria Rosa estabeleceu um diálogo com o gravador, a quem perguntou por seu pai, por sua mãe e no final se despediu do aparelho dizendo: “Até logo, agora não falo mais porque estou rouca, viu?”.

A extinção é um risco permanente para as línguas minoritárias, principalmente as indígenas, devido ao reduzido número de falantes e ao uso social restrito. Não existe literatura escrita nessas línguas, nem espaço na mídia. Em cinco séculos, nessas condições, mais de 1.100 línguas indígenas desapareceram do mapa do Brasil e outras tantas do continente americano, levando com elas conhecimentos, cantos, rezas, narrativas, poesia, mitos, afetos.

O jesuíta João Daniel, no seu “Tesouro Descoberto do Rio das Amazonas”, com distanciamento crítico, conta como um missionário espancou uma índia do Marajó com bolos de palmatória dizendo: “Só paro de bater quando você disser “basta”, mas não na tua língua”. Ela calou. Suas mãos sangraram. Ele concluiu que as mulheres – a quem talvez o mundo deva a preservação de muitas línguas – eram mais resistentes que os homens, que migravam de uma língua a outra com mais frequência. Desta forma, centenas e centenas de línguas foram extirpadas a ferro e fogo.

CONT.



Inventário de Línguas

O Inventário Nacional da Diversidade Linguística Brasileira (INDL) criado por Decreto Federal de 2010 tem o objetivo de conhecer e fortalecer as línguas minoritárias. Ele dialoga com a Carta Europeia sobre as Línguas Regionais ou Minoritárias (1992) e a Declaração Universal para a Promoção da Diversidade Cultural – Unesco (2005), além da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996) de Barcelona, que surgiu das comunidades linguísticas e não dos Estados nacionais.

No Brasil, existem vários projetos destinados a identificar, documentar, reconhecer e valorizar as línguas portadoras de referência à identidade como o PRODOCLIN, do Museu do Índio, que documentou cerca de 20 línguas e culturas indígenas e projetos do Museu Goeldi e do Laboratório de Línguas da UnB, entre outros.

Reconhecer essas línguas não é simplesmente aceitar formalmente a sua existência, mas considerá-las parte da nossa história. Como escreveu Bartolomeu Meliá, que fez a conferência final, “a história da América é também a história de suas línguas, que temos de lamentar quando já mortas, que temos de visitar e cuidar quando doentes, que podemos celebrar com alegres cantos de vida quando faladas”.

P.S. Mais informações sobre o seminário [AQUI](#).

Mais detalhes sobre o homem que falava com o espelho [AQUI](#).

Para não falar com o espelho ver [AQUI](#).

13 Fazenda de traficante vale 219% mais do que valor pago a área indígena
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 23.11.2014

Alan Diógenes



O valor de cada hectare da Fazenda Nossa Senhora Aparecida é 219% mais caro do que o da Fazenda Buriti. (Foto: Justiça Federal)

O valor de cada hectare da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, que é do acusado de tentar matar o juiz Odilon de Oliveira, Aldo José Marques de Brandão, é 219% mais caro que o valor de cada hectare da Reserva Buriti. Atualmente, o Governo Federal oferece R\$ 78 milhões pelos 15 mil hectares da reserva, exigidos pelos índios. Já a fazenda que era de Aldo será leiloada pela Justiça Federal, e está avaliada em R\$ 8.203.520 por 493,95 hectares.

O que os corretores levam em conta na hora de fazer a análise das terras é sua localização e condições de produtividade. Por exemplo, a Fazenda Nossa Senhora Aparecida fica localizada no município de Amambai, a 360 quilômetros de Campo Grande, enquanto a Fazenda Buriti fica em Sidrolândia, a 70 quilômetros da Capital.

Durante o impasse que já dura há anos os produtores rurais fizeram uma proposta para o Governo Federal para receberem R\$ 130 milhões pelos 15 mil hectares da Fazenda Buriti. Em números isso daria R\$ 8,6 mil por cada hectare. Já o valor proposta pelo Governo Federal de R\$ 78 milhões pelos 15 mil hectares, daria

CONT.

R\$ 5,2 mil por cada hectare. Por outro lado, o valor cobrado por cada hectare da Fazenda Nossa Senhora Aparecida é de R\$ 16,6 mil.

O **Campo Grande News** conversou com o corretor de imóveis rurais João Pedro, e ele explicou que a diferença de valores dos hectares de uma fazenda para outra existe devido há uma série de características diferentes que uma tem em relação a outra.



Fazenda Buriti está ocupada por índios desde 2003. (Foto: Arquivo)

"Nós não podemos fazer essa comparação, por que quando fazemos a análise de uma terra levamos em conta a sua localização, investimentos que já foram feitos na área, se ela é difícil ou fácil acesso, sua topografia e qualidade da terra. Por exemplo, não podemos comparar o valor de um terreno na avenida Afonso Pena, com um valor de um terreno na Avenida Bandeirantes", disse o corretor.

A comparação dos valores dos hectares em cada região se fez necessária devido ao conflito entre indígenas e produtores sobre a área da Reserva Buriti. De um lado estão os índios que invadiram as fazendas em 2003 para forçar a demarcação, do outro, estão os produtores rurais que querem que o Governo Federal compre as terras pelo valor já mencionado.

No ano passado, o conflito ganhou dimensão nacional após um índio ser morto durante a desocupação da área. O governador [André Puccinelli](#) (PMDB) pediu a presença da Força Nacional de Segurança na região e presidente Dilma Rousseff (PT) prometeu uma solução para o conflito.

No entanto, um ano e meio depois, o Governo federal não aceitou elevar o valor da área e a decisão sobre o valor da indenização deverá ser decidido pela Justiça. Ao parar nos tribunais, a disputa pode se prolongar por anos. Uma ação para ampliar a reserva kadiwéu, por exemplo, demorou 25 anos no Supremo Tribunal Federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

14 MP busca solução para polêmica na Cidade Ocidental
SÍTIO JORNAL DE BRASÍLIA, 23.11.2014

Terreno é disputado por supostos descendentes de quilombolas, mas população contesta apropriação

Ary Filgueira

ary.filgueira@jornaldebrasil.com.br



A disputa por uma área equivalente a 4,2 mil hectares, em Cidade Ocidental (GO), ganhou um importante componente: a intervenção do Ministério Público Federal. O MPF promete dar fim ao impasse que se arrasta desde 2006. Para isso, o procurador da República Onésio Soares Amaral iniciou um ciclo de audiências públicas com a participação da comunidade, situada na Região Metropolitana.

O que seria um ganho, a intervenção do MPF no caso se transformou em queixa: tanto dos supostos descendentes de quilombolas – integrantes de uma associação que reivindica o reconhecimento e a desapropriação da terra – quanto os donos de propriedades da região reclamaram do dia e horário da audiência pública, além da falta de divulgação do evento, que ocorreu na manhã de uma segunda-feira (17 de novembro).

O procurador Onésio Soares afirmou, no entanto, que haverá outras audiências e que a do último dia 17 foi apenas um "primeiro contato" com as partes interessadas no processo de desapropriação da terra homologado no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

CONT.



"Viemos colher a opinião da comunidade. Vamos buscar encontrar uma solução conjunta e consensual para resolver essa questão. Temos os instrumentos e o dever legal de agir", afirmou Onésio. "Mas não vai ser aqui hoje. Esse é o primeiro contato", emendou o procurador.

Onésio Soares visitou a comunidade e percorreu outras propriedades particulares instaladas nas proximidades da região. Entre as quais, o Residencial Damha, que o próprio procurador afirmou não estar dentro da área requerida pelos quilombolas.

Decreto

O advogado Albiléo da Costa Santos faz críticas ao Decreto Presidencial 4.887, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. "Qualquer um que se denominar descendente de quilombolas é aceito. Não precisa comprovar", afirma.

Os proprietários de lotes, áreas e investidores da localidade contestam a afirmação de que a antiga fazenda Mesquita seja propriedade quilombolas. Para eles, não há descendentes de escravos que validem a reivindicação da associação, requerendo o direito àquela terra. As 785 famílias temem perder suas moradias, onde muitas já residem há mais de 30 anos.

A professora Sarah Bundin, 34, mora há 15 anos na comunidade e também discorda da existência de descendentes quilombolas na região. "Não está certo a gente ficar à mercê da associação. Estou temerosa quanto ao futuro da minha residência", afirma.

Origem das terras documentada

A Fazenda Mesquita, segundo consta no Registro Paroquial 126 da Diocese de Santa Luzia, hoje Luziânia (GO), foi adquirida em 27 de janeiro de 1855 por Delfino Pereira Braga, que na época era o tesoureiro da Igreja do Rosário, por compra feita a Delfino Machado. Desde aquela época, por sucessão, essa fazenda se manteve sob o domínio e posse desta tradicional família Pereira Braga, sendo que alguns dos sucessores optaram por vender seus respectivos quinhões a terceiros e, assim, a propriedade está atualmente sob o domínio e posse de diversas pessoas, remanescendo aos descendentes da família Pereira Braga, segundo levantamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), um total de 761 hectares.

CONT.



De acordo com a legislação vigente naquela época, antes de 1854, quando o registro paroquial passou a ser exigido aos proprietários de terras no Brasil, não havia legitimidade em qualquer tipo de doação de terras no País, tendo em vista a inexistência de titularidade.

Doação

A informação deixa sob suspeição o argumento do processo no Incra que embasa o pedido de reintegração da terra à comunidade quilombola: "(...) duas irmãs escravas teriam ganhado de um tal senhor João Mesquita a fazenda Mesquita - isso teria sido entre os anos de 1800 e 1840".

Para manter a propriedade no domínio da família, Delfino impôs aos seus descendentes que se casassem com membros do clã. A grande maioria das pessoas que se denomina quilombola e reivindica a desapropriação do terreno tem parentesco direto ou leva o sobrenome Pereira Braga na Certidão de Nascimento.

Frações

No processo montado no Incra, há a informação de que, ao longo desses 150 anos, inúmeras frações de terras foram vendidas a terceiros por livre e espontânea vontade dos parentes.

Remanescentes da família Pereira Braga ainda moram no Povoado de Mesquita. Eles estão em uma pequena fração de 761,257 hectares, que também é alvo da iminente desapropriação, por estar dentro dos aproximadamente 4,2 mil hectares requeridos pelos supostos descendentes quilombolas.

Loteamento

Em uma dessas operações, surgiu o loteamento denominado Jardim Edite. De acordo com a transcrição número 15.494 do Cartório de Registro de Imóveis de Luziânia, Isidória Pereira Braga e seu marido Antônio Lisboa da Costa, em 26 de agosto de 1960, vendeu a Duilio Spiandorim uma área de 136,80 hectares na Fazenda Mesquita. Em 15 de dezembro de 1960, o comprador Duilio Spiandorim procede com o registro do loteamento Jardim Edite, onde hoje residem aproximadamente mil famílias.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Destino nas mãos da Justiça

Se a Justiça acatar a desapropriação da área, os atuais proprietários terão de deixar as suas propriedades que serão entregues, gratuitamente, aos mesmos herdeiros da família Pereira Braga que em datas anteriores foi quem a vendeu.

Em resposta ao questionamento da antropóloga Roberta Silva Martins – descrita no processo no Incra – sobre o tamanho da área que se diz Quilombola, a presidente da Associação Quilombolas Mesquita, Sandra Pereira Braga, disse que "os mais antigos (...) meu avô, falam em 600 alqueires, mas acho que hoje não é tudo isso". Ou seja, 2,7 mil hectares.

Na demarcação do Incra, a delimitação da área é de 4,2 mil hectares, avançando para outras propriedades que nunca perteceram à Fazenda Mesquita e, muito menos, à família Pereira Braga.

No entanto, aos proprietários que serão desapropriados, está assegurado o direito constitucional (artigo 5º, XXIV) da justa e prévia indenização em dinheiro que, levando-se em conta o preço médio praticado na região, o valor total a ser desembolsado pelo Incra deverá ser superior a R\$ 4 bilhões.

O JBr. procurou a presidente da Associação Quilombolas Mesquita, Sandra Pereira Braga, para repercutir as queixas dos moradores à legitimidade a sua associação, mas ela não retornou as ligações.

Fonte: Da redação do Jornal de Brasília

15 Pescadores e ribeirinhos aderem programas de manejo de peixes e quelônios na Amazônia
SÍTIO A CRÍTICA, 23.11.2014

Os programas coordenados pelo Ibama protegem da extinção duas espécies símbolos do Amazonas: o pirarucu e a tartaruga-da-amazônia

ANTÔNIO PAULO



Pescadores e ribeirinhos do município de Itamarati ajudaram o Ibama na soltura de mais de 100 mil filhotes de tartarugas-da-amazônia, tracajás e pitiús (Divulgação)

Duas espécies de animais que corriam risco de desaparecer estão sendo protegidos no Estado do Amazonas por programas de manejo coordenados pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) e pelas comunidades de pescadores e ribeirinhos. Em seus quase 30 anos de existência, o Projeto Quelônios da Amazônia (PQA) já devolveu à natureza mais de 70 milhões de filhotes, que agora retornam às praias de nascimento para dar origem a novos exemplares desses animais.

Quem também está recebendo a proteção das instituições ambientais e da população do interior amazonense é o pirarucu (*Arapaima gigas*), atualmente na lista Cites de animais sobre-explorados. A autorização da pesca desse que é um dos maiores peixe de água doce do mundo é apenas para áreas de manejo e piscicultura, o que está permitindo a reposição do peixe na natureza. “Ao contrário de locais onde a pesca é realizada sem este tipo de controle, no Estado do Amazonas, o número de pirarucus aumenta ano a ano. Com isso, há também uma melhora na vida de ribeirinhos e pescadores. Mais peixes, mais renda”, afirma o superintendente do Ibama no Amazonas, Mário Lúcio Reis.

CONT.



Soltura

No último dia 8 de novembro, uma equipe do Ibama foi até o município de Itamarati (a 983 quilômetros de Manaus) acompanhar a soltura de mais de 100 mil filhotes de tartarugas-da-amazônia, tracajás e pitiús nos tabuleiros de Walterbury, Nova Olinda e Vista Alegre. Segundo a coordenadora de geração de conhecimento dos recursos faunísticos e pesqueiros, da Diretoria de Uso Sustentável de Biodiversidade e Florestas (DBFlo), Maria Izabel Gomes, ao final da temporada de soltura, a região terá ampliado os números do programa em mais 500 mil indivíduos que ganharam a chance de permanecer vivos, oportunidade que, antes do PQA, provavelmente, não teriam.

Na época da desova dos quelônios, que ocorre entre agosto e setembro, os guarda-praias passam a madrugada de tocaia para saber onde as matrizes colocarão seus ovos. Eles também cuidam dos ninhos durante a incubação contra invasores e predadores. Cada postura pode chegar a mais de 180 ovos, mas a média computada é de cem ovos por ninhada.

No local das desovas, são fincados paus contendo informações de data. Após 60 dias, a areia é escavada e os filhotes já nascidos são colocados em piscinas, onde passam mais 20 dias à espera da soltura. Nessas piscinas, eles perdem o cheiro característico, que atrai predadores, e ganham mais força e agilidade, o que lhes confere maior potencial de sobrevivência.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

16 Deputado divulga Parecer e Substitutivo da PEC 215 “substanciado vigorosamente” na decisão do STF sobre Guyaroká

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Tania Pacheco – [Combate Racismo Ambiental](#)

O relator da famigerada e inconstitucional PEC 215/2000, deputado Osmar Serraglio, do PMDB, divulgou o substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional, que, se aprovada, torna passíveis de revisão as Terras Indígenas já demarcadas ao longo da nossa História, além de escancarar seus limites para toda a sorte de exploração e, até, de arrendamento. Datado de 17 de novembro, o substitutivo é encaminhado através de parecer de 39 páginas, no qual o distinto se baseia, entre outras excrescências, no voto do “eminente Relator Vencedor” do processo envolvendo a Terra Indígena Guyaroká, negando sua posse aos Guarani Kaiowá.

Que o voto de Gilmar Mendes e a decisão do STF sobre Guyaroká, de 16 de setembro de 2014, seriam

CONT.



fartamente usados pelos ruralistas, foi algo que se tornou óbvio tão logo foram divulgados e, em seguida, por eles comemoradas. Não é surpreendente, pois, que, exatos dois meses e um dia mais tarde, ela servisse como base para que Serraglio construísse suas alegações. Como diz, introduzindo a questão, “A decisão no referido RMS 29087-STF merece ser aqui aprofundada, eis que substantia vigorosamente a proposição que este Relator aqui formata tratando do marco temporal, da ampliação das reservas indígenas, do direito à indenização/desapropriação, da fruição das terras indígenas e do pacto federativo”. E seguem as esperadas algaravias sobre Raposa Serra do Sol, alimentadas por trechos de outros ministros, como Carmen Lúcia e Celso de Mello.

As peças se encaixam de forma tão perfeita, que chegam a dar até a impressão de uma simbiose entre ministro e deputado. Não sugerem apenas uma aparente afinidade ideológica, mas também uma afortunada coincidência temporal, na qual a decisão de um fornece os subsídios para as alegações de outro. Antes de se apoiar na decisão do Supremo, entretanto, o preclaro deputado faz algumas ponderações de sua própria ‘lavra’, das quais cito apenas um pequeno e emocionante trecho, presente na página 9:

Ninguém nega tenham sido os indígenas vítimas históricos das hordas pretensamente civilizatórias ou de colonização e até mesmo de pregadores religiosos. Todavia, sacrificados foram por diversas gerações, como outros povos também o foram, sob o influxo de circunstâncias em relação às quais nada se pode imputar aos nossos coetâneos. Querer que pequeno agricultor perca os recursos que, suada e legitimamente, ele e seus antepassados amalharam, ao longo de anos, a título de reparação de injustiças das quais não participaram, será, perpetrar-se contra ele nova injustiça. A pergunta que não quer se calar é: esses que bradam aos céus contra a opressão indígena estariam dispostos a abrir mão de todos seus pertences em prol da causa indígena? Que argumento moral tem essas pessoas para exigir que os que titularizam imóveis, centenariamente, na mais absoluta boa-fé, de tudo sejam privados, sem direito a qualquer centavo, se não demonstram o mesmo desprendimento? Não é possível que quem está a legislar não se subsuma à condição de atingido pela lei que prega, para então aquilatar o alcance das consequências de sua proposição.

Há um princípio jurídico hodiernamente remarcado, que é o da razoabilidade. Pergunta-se, será razoável exigir-se de um cidadão que concorde, como um cordeiro, resignadamente, com que tudo o que tem lhe seja retirado? Somos uma Pátria laica, mas de maioria cristã. Questionamos: será cristão abordar-se famílias de agricultores e lhes determinar que desalojem suas moradias, adquiridas segundo as regras de direito, sob o manto do princípio da aparência de legalidade, e caminhem para o olho da rua?

As menções aos “sofridos pequenos agricultores” voltarão à cena preparando o fecho, na página 35,

CONT.



imediatamente seguida por um parágrafo sobre o que seria o outro lado da história, exemplificado pelo autor com Guaíra Terra Roxa, onde “se fomenta conflito entre índios e não-índios a partir de evidente imigração de integrantes da etnia Guarani, provindos do país amigo, a República do Paraguai, para formar grupo de pressão e fato consumado”. Ainda segundo ele, a Funai cria obstáculos aos comparecimento dos indígenas à mesas de negociação, enquanto esses confirmam “seu interesse, mais do que em novas reservas, em políticas públicas que lhes garantam vida digna”.

Afinal, se foi incompetente e não demarcou as Terras Indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição de 1988, “Há de se entender que (...) a União não se legitima para impor quaisquer ônus aos proprietários e ocupantes de boa-fé. De fato, a efetivação de demarcações após a data prevista no art. 67 do ADCT constitui uma omissão da União, que descumpriu prazo constitucional”. Se assim é, que se entregue a cabeça dos povos indígenas na bandeja para os ruralistas do Congresso, apensando-se à 215 as outras obscenidades correlatas.

Uma leitura atenta do Parecer e do Substitutivo são com certeza matéria indigesta para iniciar uma semana. Trata-se, entretanto, de questão de repugnante importância.

O substitutivo está publicado imediatamente abaixo. O Parecer pode ser lido [AQUI](#). E uma entrevista com Serraglio defendendo seus pontos de vista sobre a “questão indígena” e o seu Parecer para o Notícias Agrícolas pode ser acessada [AQUI](#). Vale ouvir, para quem ainda tiver estômago.

SUBSTITUTIVO A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 215-A, DE 2000

(Apensadas: PEC 579/2002; PEC 257/2004; PEC 275/2004; PEC 319/2004; PEC 156/2003;

PEC 37/2007; PEC 117/2007; PEC 411/2009; PEC 415/2009 e PEC 161/2007)

Modifica os arts. 61, 231 da Constituição Federal e o art. 67

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias,

a fim de dispor sobre o procedimento de demarcação

de terras ocupadas pelos índios.

CONT.



As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O §1º, do art. 61 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte inciso III :

“Art. 61

§ 1º São iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

III – delimitem terras indígenas.”(NR)

Art. 2º O art. 231 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 231.....

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as que, em 5 de outubro de 1988, atendiam simultaneamente aos seguintes requisitos:

I – por eles habitadas, em caráter permanente;

II – utilizadas para suas atividades produtivas,

III – imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.”(NR)

2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, podendo explorá-las, direta ou indiretamente, na forma da lei, excetuando-se as seguintes situações:

I – ocupações configuradas como de relevante interesse público da União, nos termos estabelecidos por lei complementar;

CONT.



II – instalação e intervenção de forças militares e policiais, independentemente de consulta às comunidades indígenas;

III – instalação de redes de comunicação, rodovias, ferrovias e hidrovias e edificações destinadas à prestação de serviços públicos, especialmente os de saúde e de educação, vedada a cobrança de tarifas de qualquer natureza;

IV – área afetada por unidades de conservação da natureza;

V – os perímetros urbanos.

VI – ingresso, trânsito e permanência autorizada de não índios, inclusive pesquisadores e religiosos, vedada a cobrança de tarifas de qualquer natureza. (NR)

.....

§ 6º Não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§3º e 4º.

§ 7º É vedada a ampliação de terra indígena já demarcada. (NR)

§ 8º A delimitação definitiva das terras indígenas far-se-á por lei, competindo ao Poder Executivo propor em projeto de lei de sua iniciativa privativa os limites e confrontações da área indígena, ou, havendo conflito fundiário, a permuta de áreas, assegurada a participação dos entes federados no procedimento administrativo relativo às encravadas em seus territórios. (NR)

§ 9º As comunidades indígenas em estágio avançado de integração com os não-índios podem se autodeclarar, na forma da lei, aptas a praticar atividades agropecuárias e florestais sustentáveis, celebrar contratos, inclusive os de arrendamento e parceria. (NR)

§ 10 A comunidade indígena, na forma da lei, pode permutar por outra, a área que originariamente lhe cabe, atendido o disposto no inciso III do § 1º. (NR)

§ 11 A União adotará políticas especiais de educação, saúde e previdência social para os índios, harmonizando-as com a cultura, crenças e tradições, e com a organização social das comunidades indígenas. (NR)”

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Art. 3º O art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido com o seguinte parágrafo único:

“Art. 67

Parágrafo único. O § 6º do art. 231 da Constituição não se aplica às áreas demarcadas após o prazo fixado no caput deste artigo”.(NR)

Art. 4º Os procedimentos de demarcação que estejam em desacordo com as disposições desta Emenda Constitucional serão revistos no prazo de um ano, contado da data da publicação desta Emenda.

Art. 5º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 2014.

DEPUTADO OSMAR SERRAGLIO

Relator

17 CE: Evento em Caucaia homenageia o Dia da Consciência Negra
SÍTIO INCRA, 24.11.2014



Representantes do Incra participaram de um seminário, ocorrido em Caucaia, região metropolitana de Fortaleza, que marcou a passagem do Dia da Consciência Negra (20/11) no Ceará. O evento teve a participação de várias comunidades quilombolas e indígenas, além de alunos de uma escola pública local. O seminário foi promovido pela secretaria de educação municipal.

Em outubro, o Incra publicou o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de Boqueirão da Arara em Caucaia. O documento comprova a relação da comunidade com a questão quilombola. No município existem 89 famílias, que vivem em uma área de 718 hectares. Existem nove comunidades quilombolas e 17 comunidades indígenas em Caucaia, um dos municípios com maior miscigenação racial do Ceará.

De acordo com a antropóloga do Incra/CE, Gina Dantas, a publicação do RTID é a etapa que apresenta a delimitação territorial. Ela explica que depois da publicação, abre-se um prazo de 90 dias para contestação. Após aprovação em definitivo do RTID, o Incra publica portaria de reconhecimento do território quilombola.

Uma das expectadoras do evento, Zuíla Ferreira, 76 anos, vive na comunidade de Capuan. Casada, com dois filhos e três netos, ela acompanhava com atenção as palestras. "Estou gostando muito do evento", afirmou.

Os palestrantes enfatizaram a luta dos negros no Brasil, especialmente contra a discriminação. Entre eles,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

antropólogos de universidades internacionais e membros do Poder Legislativo Estadual. Também houve apresentações culturais, como a do grupo de dança Afrocultura, formado por jovens da comunidade Porteiras.

Assessoria de Imprensa Incra-CE



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

18 Nota de repúdio das lideranças Kaingang contra a postura agressiva da PF e Brigada Militar
SÍTIO CIMI, 24.11.2014

Inserido por: Administrador em 24/11/2014.

Fonte da notícia: [Lideranças Kaingang](#)

Lideranças Kaingang reunidas na Aldeia Indígena Kandóia, no município de Faxinalzinho, Rio Grande do Sul repudiaram a mega-operação militar que mobilizou centenas de homens armados com objetivo de incriminar os indígenas pela morte de dois agricultores, mesmo com inquérito inconcluso.

Confira [aqui](#) o documento:

As lideranças indígenas do Rio Grande do Sul vêm através deste abaixo-assinado repudiar a operação da Polícia Federal que reuniu 60 agentes e 200 policiais da Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Pelotão Ambiental e Polícia Rodoviária Federal, buscando provas para incriminar os indígenas, possíveis autores do duplo homicídio ocorrido na Aldeia Indígena Kandóia. Entendemos que o poder coercitivo do Estado foi utilizado de forma excessiva, exorbitante, constrangedora e truculenta, pois adentraram na aldeia às 6 horas da manhã, perfilando mulheres, idosos e indagando para que as crianças dissessem os verdadeiros assassinos, obrigando idosos a realizarem exame para coleta de material para a prova técnica. Tal situação ocorre de maneira sistemática com o claro intuito de intimidar o movimento indígena que luta pela demarcação de seus territórios.

Desta forma, nós lideranças indígenas vimos a público manifestar nossa profunda decepção quando vemos a violação de nosso habitat, rasgaram a Constituição Federal que afirma no seu Art. 5º. XI – “A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem conhecimento do morador. III – Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante”. Assim agindo o Estado Brasileiro, utiliza seu poder coercitivo, invade nossas casas, perturba nossos filhos e velhos em busca de uma “pseuda” justiça, onde os verdadeiros culpados se refrigeram no ar condicionado de seus gabinetes, pois negligenciam e nada fazem para que os processos demarcatórios avancem, permanecendo em suas mesas ou engavetados por vários anos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Não vamos nos intimidar, vamos buscar os nossos direitos, não escrevemos a Constituição Federal e nem as leis vigentes em nosso país, mas as implementaremos e a invocaremos em prol de nosso povo até mesmo nas cortes internacionais, para que nossos filhos, mulheres e idosos não venham a ser molestados no seu repouso e no albergue de suas casas. Somos todos Kandóia.

Atenciosamente,

Lideranças Indígenas Kaingang



19 Exploração de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais

SÍTIO CENÁRIO MT, 24.11.2014

O Projeto de Lei 7.735/14 pretende substituir a Medida Provisória (MP) 2.186-16/2001 sob a justificativa de desburocratizar o desenvolvimento de pesquisas e produtos baseados nos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. A reivindicação vem de pesquisadores, da indústria e das organizações de grandes produtores rurais. A proposta, no entanto, restringe os direitos de pequenos agricultores, comunidades indígenas e demais povos tradicionais.

Os recursos genéticos da biodiversidade são encontrados em animais, vegetais ou micro-organismos, por exemplo, em óleos, resinas e tecidos, encontrados em florestas e outros ambientes naturais. No caso da agrobiodiversidade, fala-se também de recursos genéticos, mas relacionados a espécies agrícolas e pastoris. Comunidades de indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares, entre outros, desenvolvem e conservam, por décadas e até séculos, informações e práticas sobre o uso desses recursos.

Tanto o patrimônio genético quanto esses conhecimentos servem de base para pesquisas e produtos da indústria de remédios, sementes, gêneros alimentícios, cosméticos e produtos de higiene, entre outros. Por isso, podem valer milhões em investimentos. O Brasil é a nação com maior biodiversidade do mundo e milhares de comunidades tradicionais, por isso é alvo histórico de ações ilegais de biopirataria.

Fonte: DCI

20 Grande Assembleia do povo Terena reafirma a luta pelo território tradicional
SÍTIO CIMI, 24.11.2014

Inserido por: Administrador em 24/11/2014.

Fonte da notícia: [Luiz Henrique Eloy- Assessoria Jurídica Cimi](#)



Nós, povo Terena, reunidos na 6ª Grande Assembleia do Povo Terena, juntamente com representantes do Conselho Aty Guasu Guarani-Kaiowá, Conselho do povo Kinikinau, representante do povo Maya da Guatemala, representante do povo Xavante, representante do povo Kadiwéu, representante do povo Ofaié e as lideranças da Aldeia Lalima, Aldeia Passarinho, Aldeia Moreira, Aldeia Babaçu, Aldeia Argola, Aldeia Cachoeirinha, Aldeia Morrinho, Aldeia Lagoinha, Aldeia Água Branca (Aquidauana), Aldeia Bananal, Aldeia Ipegue, Aldeia Buriti, Aldeia Tereré, Aldeia Nova Tereré, Aldeia 10 de maio, Aldeia Lagoinha (Sidrolândia), Aldeia Nova Buriti, Aldeia Olho d'Água, Aldeia Oliveira, Aldeia Recanto, Aldeia Tereré, Aldeia Água Azul, Aldeia Córrego do Meio, Aldeia Brejão, Aldeia Cabeceira, Aldeia Taboquinha, Aldeia Água Branca (Nioaque), Limão Verde, Aldeia Mãe Terra, Aldeia Esperança, Aldeia Nova Esperança, Aldeia Maraoxapá, Aldeia Tumuné Kalivono, juntamente com nossas mulheres, jovens, crianças, anciãos e rezadores, viemos a público expor.

O Conselho do Povo Terena constitui-se na organização tradicional formada pelos caciques, lideranças, mulheres, jovens e anciãos; integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e tem por objetivo a defesa e promoção dos direitos e interesses dos povos indígenas.

CONT.



Nós, povo Terena somos originários deste território e não abriremos mão de nossos direitos conquistados. Recebemos a carta da presidenta Dilma Rousseff e esperamos que o Estado brasileiro cumpra com seu dever constitucional de demarcar nossos territórios. O atual governo é a gestão que menos demarcou terra indígena, marcado pelo não diálogo com as populações tradicionais e total negação da autonomia dos povos indígenas.

A mesa de diálogo instalada pelo Ministério da Justiça em Mato Grosso do Sul revela-se numa verdadeira mesa de enrolação denunciada por este conselho desde o início. Os processos estão paralisados e não há por parte do Governo Federal nenhuma sinalização positiva na definitiva demarcação.

O povo Terena reafirma que continuará lutando pela manutenção dos direitos conquistados e pela efetivação dos princípios consagrados nos tratados internacionais como a consulta e consentimento prévio, livre e informado.

Juntamente com nossos professores indígenas e lideranças tradicionais iremos retomar nossa educação tradicional que tem como base nosso território, nossa cosmovisão e língua materna. Unidos, o povo terena e todos os outros povos de Mato Grosso do Sul, continuaremos lutando por um atendimento básico de qualidade à nossa saúde, sob responsabilidade da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai).



Encaminhamentos:

Fica decidido que o Conselho do Povo Terena, juntamente com Conselho Aty Guasu Guarani- Kaiowá e Conselho Kinikinau irão no ano de 2015 fortalecer as suas articulações e distintas formas de luta pela garantia dos seus territórios tradicionais.

O Conselho do Povo Terena repudia a proposta do governo de criar o Instituto Nacional de Saúde Indígena

CONT.



(INSI), reafirmando que nossas comunidades e lideranças são contra a criação desta instituição, cujo propósito é terceirizar e privatizar e inclusive municipalizar o atendimento à saúde indígena.

Fica decidido que é preciso avançar na consolidação de iniciativas, como o GATI, e programas de sustentabilidade enquanto políticas públicas estruturantes para o bem viver das nossas comunidades, exigindo do governo condições políticas, financeiras, técnicas e institucionais necessárias para a sua efetivação.

Fica decidido a partir desta data que a Coordenação Regional da Funai iniciará a imediata expedição do RANI, seguindo os critérios definidos nesta assembleia.

Fica constituída a Comissão de educação escolar indígena dos povos do pantanal que será composto por professores indígenas das Terras Indígenas: Biriti, Nioaque, Limão Verde, Taunay/Ipegue, Cachoeirinha, Pilad Rebuá, Lalima e Buritizinho.

O Conselho do Povo Terena renova seu apoio ao parente Sr. Hilário Kadiwéu, atual Gestor do Distrito Sanitário Especial de Saúde Indígena – DSEI de Mato Grosso do Sul e conclamam todas as lideranças para juntos continuarmos lutando pela saúde digna de nossas comunidades.

Fica encaminhado que o próximo presidente do CONDISI será da região Norte de Mato Grosso do Sul, conforme acordo pré-estabelecido entre as regiões.

Fica decidido que serão realizadas audiências públicas sobre educação escolar indígena.

O Conselho do Povo Terena expressa seu aceite em apoiar a proposta do Curso de Formação política para lideranças indígenas oferecido pelo Núcleo de Pesquisa de Estudo do Poder da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA.

Fica decidido que no ano de 2015 este Conselho continuará atuando junto com seus aliados nas instancias internacionais.

Fica decidido que será proposta a realização de audiência pública para tratar do ICMS Ecológico.

Fica decidido que no ano de 2015 serão realizadas Oficinas de Formação Política nas comunidades de Mato Grosso do Sul.

Fica decidido que será realizado encontro de jovens Terena na Terra Indígena Limão Verde em setembro de 2015.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Fica decidido que a próxima Assembleia do Povo Terena será realizada na Aldeia Cachoeirinha, Terra Indígena Cachoeirinha nos dias 07, 08 e 09 de maio de 2015.

Povo Terena,

Povo que se levanta!



21 Comunidades quilombolas: cultura é forte expressão de resistência de povos em luta pela posse definitiva da terra

SÍTIO CEDEFES, 24.11.2014

Em 20 de Novembro é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, mas o que era para ser conquista ainda é luta para os povos de comunidades quilombolas de todo o País. O sonho da titulação, demarcação e certidão de seus territórios se arrasta em processos. Enquanto isso, os povos tradicionais mostram resistência através da sua cultura e da religião.

m 20 de Novembro é celebrado o Dia Nacional da Consciência Negra, mas o que era para ser conquista ainda é luta para os povos de comunidades quilombolas de todo o País. O sonho da titulação, demarcação e certidão de seus territórios se arrasta em processos. Enquanto isso, os povos tradicionais mostram resistência através da sua cultura e da religião.

As mobilizações do movimento social negro, na década de 1980, garantiram a conquista do artigo 68 da Constituição Federal de 1988, que trata do direito à demarcação dos territórios quilombolas. Embora esteja impresso na Constituição, ainda assim é um direito ameaçado pelos interesses do agronegócio, de mineradoras, de indústrias e se choca com a luta pela manutenção dos povos quilombolas em suas terras, que acabam muitas vezes sendo expulsos por fazendeiros e grileiros em regiões de constante disputa e conflito. Neste 20 de novembro, data de celebração do Dia Nacional da Consciência Negra, é perceptível que a luta de cor, de raça, credo, celebrações culturais e contra a dominação territorial vem perpassando gerações de famílias, que fazem da palavra resistência uma bandeira para dar continuidade à luta.

Já se passaram 26 anos de Constituição, mas somente 120 comunidades quilombolas foram tituladas – existem mais de 5 mil registradas em todo o país. No estado do Piauí, a comunidade quilombola Custaneira, que fica a 8 km da sede do município de Paquetá, na região semiárida, tem a cultura como sua fonte de resistência para fincar os pés no lugar onde nasceram e viveram seus antepassados. É através da dança, da religiosidade, da Roda de São Gonçalo, do Reisado de São Benedito, do Lundú de Lezeira e do Samba de Cumbuca, que as mais de 50 famílias da Custaneira mostram sua força e tradição.

O presidente da Associação da Custaneira, Arnaldo Lima, o Naldo, de 36 anos, conta com orgulho que foi a cultura que os manteve lá até hoje, numa terra que no passado foi cercada por casas de engenho e senzalas. As capelas da região mantêm sepultados os coronéis que dominaram e oprimiram o povo

CONT.

afrodescendente. “Foi pela cultura que nos manteve até aqui. O povo foi negado de contar sua história, muitas vezes eles negaram para não lembrar o que passaram. Mas tenho orgulho dessa história. Nossos bisavôs foram escravos e souberam repassar com valor e por isso estamos aqui hoje”, conta Naldo emocionado.



Homens e mulheres da comunidade Custaneira dançam o Lundú de Lezeira. | Foto: Paula Andréas/Cerac

São nas noites de rezas, de batidas do tambor, cabaça, lata, triângulo, maracá e pandeiro (instrumentos produzidos na comunidade), que as famílias se reúnem para conversar sobre passado e futuro. A prosa segue noite afora regada pela bebida aluá (feita com tamarindo, milho, farinha, rapadura, cravo, canela e aruá doce), acompanhada da dança para os orixás e da louvação típica de quem é do terreiro. Essa festa se repete durante o 8º Festival da Consciência Negra, que acontece nesta quinta (20) como forma de celebrar o Dia. A cultura é o símbolo da resistência no quilombo, mas já se passaram mais de 150 anos de surgimento da comunidade, segundo contam os antepassados de Naldo, e o seu povo ainda luta pela posse e titulação da terra.

Para Naldo a maior conquista é ter a posse da terra, mas isso ainda não foi concretizado. Para ele, se deve a um processo lento de demarcação no Piauí. Ele conta que de 164 comunidades quilombolas identificadas, não há nem 10 demarcadas e tituladas. “Ser quilombola hoje não é fácil. Para os filhos de fazendeiro é invenção do povo negro de querer tomar terra. Os negros que aqui viveram não conseguiram garantir em documento o espaço. Garantimos somente o certificado da Fundação Palmares. Nós não tomamos terra de ninguém, mas defendemos o espaço para que todos tenham vida”, conclui.

CONT.



De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até 2010, havia 104 territórios quilombolas em 14 estados com títulos expedidos. Segundo informações no site do Instituto as dificuldades estão relacionadas a conflitos com o agronegócio e à falta de documentação referente à titulação, além de sobreposição de suas áreas com outras protegidas, como as Unidades de Conservação. Foi o decreto Nº 4.887 de 20 de novembro de 2003 que estabeleceu o INCRA como responsável por regulamentar a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras. Enquanto a Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades de Quilombos é emitida pela Fundação Cultural Palmares. Segundo o site da Fundação existem hoje mais de 1.500 comunidades certificadas em território nacional.

Somente após a posse da Certidão de Registro emitida pela Fundação é que as comunidades podem encaminhar ao INCRA de seu estado uma solicitação de abertura de processo para regularizar o território. A partir daí será feito um estudo de área para publicação de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID); depois serão analisados e julgados qualquer tipo de contestação e se aprovado será publicada uma portaria declarando limites do território. Depois será feita a regularização fundiária com a demarcação e a retirada de pessoas não quilombolas da área, bem como a desapropriação de áreas em posse de particulares ou de entes públicos. Por fim será concedido o título de propriedade que é coletivo e sairá em nome da associação de moradores.



Coordenadora da CONAQ, Edna Santos. | Foto: Marenilda Rodrigues

Para a coordenadora executiva nacional da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Edna da Paixão Santos, a questão da terra é delicada, pois as famílias dão

CONT.



entrada no processo de demarcação e titulação no INCRA, mas os processos se arrastam por anos. “O INCRA alega que falta pessoal para fazer os RTIDs (Relatório Técnico de Identificação e Delimitação). Enquanto isso as comunidades quilombolas ficam à mercê dos fazendeiros, grileiros, mineradoras, agronegócio e até mesmo dos grandes projetos do governo federal”, avalia. A CONAQ tem atuação nacional e internacional e está ligada as comunidades quilombolas nos estados através de comissões estaduais, confederações estaduais e coordenações estaduais.

Edna é do quilombo de Boa Vista, situado a 6 km da sede do município de Afrânio, no sertão do estado de Pernambuco, onde moram aproximadamente 50 famílias. A comunidade não difere das demais existentes no país. É fruto de um processo de lutas, discriminação, mas também de muita resistência. “Estamos aguardando a entrega da certificação da Fundação Cultural Palmares que está prevista para dezembro. Depois é que poderemos dar entrada no INCRA para conseguir a titulação”, explica a coordenadora. Ela conta que hoje moram “espremidos” em uma pequena área de terra nos fundos de pasto da Fazenda Boa Vista.

A fonte de renda provém da agricultura familiar e de programas de transferência de renda do governo federal. Mas a situação atual do quilombo Boa Vista não garante trabalho e renda para todo o povo remanescente. O êxodo de parte da população faz com que as famílias abandonem sua cultura, identidade e territorialidade em busca de trabalho fora. Falta terra para plantar e produzir seus alimentos. Consequentemente, o acesso à segurança e soberania alimentar é vulnerabilizado. Edna revela que o povo acaba aderindo à comidas industrializadas e deixam se perder no tempo a rica cultura da culinária de origem.

Os que resistem encontram também na cultura e na religião uma fonte de força. Organizam-se num grupo de samba de roda ou nas rezas e novenas promovidas na comunidade Araçá, vizinhança do quilombo. Para o Dia da Consciência Negra será realizada uma semana de oficinas para estudantes das escolas municipais com aulas de capoeira, de penteados afros e confecção de vestimentas para o tradicional desfile da beleza negra. A programação acontecerá na primeira semana do mês de dezembro.

Conquistas em lei – A coordenadora da CONAQ refaz o caminho percorrido até então para a conquista de leis e direitos pelo movimento negro. Lembra o que dita o artigo 68 da Constituição: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos definitivos”. Porém, Edna destaca que o artigo não tem sido suficiente para assegurar a posse das terras das comunidades quilombolas. “O decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamenta o artigo 68 sofre uma ação da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) impetrada pela bancada ruralista do congresso nacional. Fora a PEC 215, e por aí vai

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

a nossa luta constante para garantir os nossos direitos e manter o que já conquistamos”, finaliza.

Sobre a PEC 215 que Edna cita, existe na esfera do Legislativo um Projeto de Emenda Constitucional que interfere na discussão de demarcação de territórios e põe em risco o futuro das comunidades, bem como as que já conquistaram titulação. Todas as áreas já remarcadas podem ser revistas, caso a PEC seja aprovada no Congresso Nacional.

Fonte: Ylka Oliveira – Asacom



22 Cientistas descobrem que índios brasileiros tinham ascendência polinésia SÍTIO CEDEFES, 24.11.2014

Análise de dois botocudos que viveram no Brasil antes do desembarque dos europeus revela que 100% dos genes deles eram de habitantes das ilhas no Oceano Pacífico

Ao contrário de outros animais, os humanos conseguiram ocupar quase todos os espaços terrestres em que a vida é viável. Como os ancestrais executaram isso, entretanto, é um tema que continua desafiando os estudiosos. Agora, uma equipe internacional de pesquisadores, entre eles brasileiros, achou indícios de uma parte intrigante desse capítulo: índios botocudos, distribuídos na Bahia, no Espírito Santo e em Minas Gerais, têm traços genéticos idênticos aos dos polinésios, que estão do outro lado do mundo, no Pacífico.

A descoberta traz um novo cenário à história da América pré-colombiana. Indica que Cristóvão Colombo pode não ter sido o grande descobridor do Novo Mundo, mas viajantes polinésios. Para chegar a essa conclusão, os pesquisadores analisaram crânios de dois índios botocudos — chamados Bot15 e Bot17 —, guardados no Museu Nacional do Rio de Janeiro desde o século 19. A análise genômica dos indivíduos que viveram em Minas Gerais mostrou que eles não tinham nenhum gene de outros nativos da América.

A pesquisa, cujos resultados foram publicados na revista *Current Biology*, é a continuação de uma investigação de 2013 conduzida pelo mesmo grupo. “O estudo anterior foi limitado a uma região muito pequena do genoma e, portanto, não podia excluir que os indivíduos tinham tanto a ascendência nativa americana quanto a polinésia. O novo trabalho examina todo o genoma desses indivíduos e, com isso, descobrimos que os dois têm 100% de ascendência polinésia”, conta Mark Stoneking, coautor e pesquisador do Departamento de Antropologia Evolutiva do Instituto Max Planck, na Alemanha.

Do Museu de História Natural da Dinamarca, Eske Willerslev, um dos autores principais, explica que a primeira fase do estudo mostrou que os índios tinham DNA mitocondrial — herdado da linhagem materna — polinésio. O segundo trabalho constatou que o genoma nuclear — aquele que codifica a maior parte do genoma — também tinha origem no pacífico. “Ou seja, o pai e a mãe desses indivíduos eram realmente polinésios, além dos ancestrais”, completa.

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Rita Vieira.

Fonte: Por Isabela de Oliveira, no Correio Braziliense



23 Decisão sobre MS ameaça demarcações pelo país
SÍTIO INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 24.11.2014

Arrastando-se desde 1989, a disputa pela terra indígena Guyraroká, no sul do Mato Grosso do Sul, opõe não só as 80 famílias de kaiowás acampadas no local aos 26 fazendeiros que controlam a área.

Atualmente no STF (Supremo Tribunal Federal), o caso tem potencial para influenciar centenas de processos demarcatórios pelo país caso haja a ratificação de um marco temporal limitando a criação de áreas indígenas às que estavam ocupadas por índios em 1988, ano da Constituição.

Em **Caarapó**, a demanda indígena é personificada pelo líder kaiowá **Tito Vilhalva**, 94. Há 14 anos, ele e a família trocaram a aldeia Tey'ikue, também em Caarapó, por um barraco de lona à margem de uma estrada rural que atravessa plantações de soja, canaviais e pastagens. Foi ali, conta, que ele nasceu antes de sua aldeia ter sido coagida a deixar a região.

A reportagem é de **Fabiano Maisonnave**, publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, 23-11-2014.

"Os índios viviam tranquilos aqui no **Guyraroká**, era tudo mato", diz **Vilhalva**, em conversa no acampamento cercado por pastagens. "Em 1931, 1932, tinha a guerra do Getúlio [Vargas] e um general mandou recado que ia matar todos os índios. E nós acreditamos, porque a guerra não perdoa ninguém, e fomos a pé para Tey'ikue."

Localizado a cerca de 30 km do acampamento, **Tey'ikue** tem cerca de 3.500 hectares e abriga cerca de 6.000 guaranis-kaiowás. Em comparação, o Parque do Xingu (MT) possui 2,6 milhões de hectares para 4.800 índios.

Esse processo de confinamento, assim chamado por historiadores e antropólogos, concentrou os guaranis-kaiowás em pequenas reservas indígenas entre o início do século 20 e meados dos anos 1950 - enquanto as demais terras, dentre as mais férteis do país, foram vendidas a colonos vindos do Sul.

Do outro lado, a resistência dos fazendeiros ficou a cargo do gaúcho **Avelino Donatti**, 70. Ele move a ação no STF contra a demarcação em estratégia coordenada com outros proprietários afetados por **Guyraroká** -11,4 mil hectares declarados como área indígena em 2009 pelo Ministério da Justiça.

Há 42 anos radicado em **Mato Grosso do Sul**, **Donatti** comprou em agosto de 1988 a **fazenda Cana Verde** (360 hectares), dentro de **Guyraroká**. Ele explica que é o quarto proprietário privado da área,

CONT.



originalmente adquirida do Estado nos anos 1950.

"Quando comprei, ninguém conhecia índio perto", afirmou. "Eu não vendo nunca, só no dia que morrer."

Cana Verde não é a única terra de **Donatti**. Quando chegou à região, em 1972, comprou inicialmente 300 hectares. Com o tempo, adquiriu outras fazendas e hoje tem cerca de 9.000 hectares. "Eu trabalhei muito. Só sei plantar lavoura."

Projeção nacional

Em 2009, o STF estabeleceu que a área, para ser reconhecida, precisava estar ocupada por índios em 1988, quando a Constituição entrou em vigor. O Ministério Público Federal entrou com recurso.

A estratégia do fazendeiro foi baseada em entendimento anterior da corte sobre a **terra indígena Raposa Serra do Sol (RR)**. Na época, o Supremo entendeu que a área, para ser reconhecida, precisava estar ocupada por índios em 1988, quando a Constituição entrou em vigor.

Instituição do marco temporal afetaria 300 áreas, estima Cimi

Caso o marco temporal da Constituição de 1988 passe a valer em demarcações, como indica decisão recente da segunda turma do STF (Supremo Tribunal Federal), ao menos 300 terras indígenas em processo de demarcação ou reivindicadas pelos índios serão afetadas.

A estimativa é do **Cimi (Conselho Indigenista Missionário)**, entidade ligada à Igreja Católica.

Apenas no sul de **Mato Grosso do Sul**, principal palco de disputa entre fazendeiros e indígenas no país, o marco temporal afetaria nove terras indígenas guaranis-kaiowás em etapas diferentes de demarcação. Essas áreas somam 117 mil hectares, quase o tamanho da cidade do Rio de Janeiro.

Cerca de 50 mil guaranis-kaiowás vivem na região, em uma área de cerca de 29 mil hectares, a maior parte reservas de até 3.500 hectares demarcadas entre 1915 e 1928. Muitos vão morar na beira de rodovias, à espera de uma decisão judicial, ou engrossam as periferias das cidades.

Crítico do marco temporal, o procurador da República em Dourados **Marco Antonio Delfino de Almeida** afirma que a decisão recente do STF coloca os indígenas na condição de "não-humanos".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

"Por que uma pessoa não tem direito à reparação - que, no caso dela, é a terra - e outra pessoa que supostamente sofreu tortura tem direito à reparação de uma forma imprescritível?", questiona, referindo-se à indenização de presos políticos da ditadura militar (1964-1985).

"Essa diferenciação é a mesma do século XVI, em que se discutia se os índios faziam parte da humanidade. É uma manifestação clara entre humanos e não-humanos", diz.

Para o advogado **Cícero da Costa**, autor da ação no STF e representante de fazendeiros em ações semelhantes, a solução do conflito fundiário passa pela compra de terras via desapropriação, e não demarcação, na qual o fazendeiro só tem direito à indenizado pelas benfeitorias.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

24 Carta do III Encontro Índios & Quilombolas de Oriximiná
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 24.11.2014

Por [CombateRacismoAmbiental](#)



Nós comunidades quilombolas e povo indígenas (Katxuyana, Waiwai, Hixkaryana, Kahyana, Apalai, Wayana, Tunayana, Mawayana, Xereu) reunidos nos dias 14 a 16 de novembro de 2014, discutimos sobre as ameaças crescentes sobre os nossos territórios, coma a expansão da Mineração Rio do Norte nas terras quilombolas e a retomada dos projetos do construção hidrelétricas na Bacia do Rio Trombetas.

Enquanto esses projetos avançam, nós continuamos aguardando pela demarcação e titulação de nossos territórios: TI Kaxuyana-Tunayana e Terras Quilombolas Alto Trombetas, Jamari/Último Quilombo, Moura, Ariramba e Cachoeira Porteira. Somente essa regularização nos garantirá tranquilidade a paz para viver em nossos territórios, de acordo com nosso modo de vida tradicional, como nos garante a Constituição Federal. Não pensem que nós desistimos, porque isso jamais!

Assim vimos, mais uma vez, a público exigir a imediata regularização de nossos territórios. Cobramos explicações da FUNAI, INCRA e ITERPA das razões do tal atraso. Sabemos que os relatórios do todos asses territórios estão prontos a aprovados jurídica e tecnicamente há mais do um ano.

Nossa união sai fortalecida de mais um encontro entre índios e quilombolas para exigir respeito aos nossos direitos. Dentre eles um direito fundamental para nós hoje é a consulta prévia, livre e informada, de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

acordo com a convenção 169 da OIT.

Terra Demarcada Titulada Já!

Mineração e Hidrelétrica Não !

Oriximiná, 16 de novembro de 2014

Assinam essa carta Lideranças Indígenas e Quilombolas e Representantes das Seguintes Associações:

AIKATUK – Associação Indígena Katxuyana, Tunayana e Kahyna

APIM – Associação dos Povos Indígenas do Mapuera

CGPH – Conselho Geral dos Povos Hexkaryana

APIWA – Associação dos Povos Indígenas Wayana e Apalai

Associação Mãe Domingas

CEQMO – Cooperativa Mista Extrativista dos Quilombolas do Município de Oriximiná

ARQMO – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná

ACORQAT – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Área Trombetas

ACORQE – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Área Erepecuru



25 Como alguns celulares velhos podem ajudar os índios a denunciarem o desmatamento na Amazônia
SÍTIO CATRACA LIVRE, 24.11.2014

Redação em 24 de novembro de 2014 às 12:13

Conheça esse projeto e saiba como você também pode ajudar, sem sair de casa, a combater abusos contra o meio ambiente

Se uma árvore cair no meio da floresta e não houver ninguém por perto, ela faz barulho? Faz, e muito, pois um grande aliado do desmatamento é o desconhecimento que se tem sobre a ação ilegal das madeireiras. Mas uma inovação tecnológica pode mudar essa situação.

reprodução kickstarter



O projeto do sistema de monitoramento criado pela ONG Rainforest Connection foi [financiado pelo Kickstarter](#), site de financiamento colaborativo.

Um [novo sistema de vigilância](#) usará celulares velhos escondidos nas copas das árvores para captar sons de caminhões e motosserras. Quando disparado o alarme que capta os altos ruídos, os índios responsáveis pela reserva são avisados e podem acionar a Funai e a polícia.

Por enquanto, o sistema funciona na aldeia do Alto Rio Guamá, no Pará, região de reserva frequentemente

CONT.



invasa por madeiras, grileiros e traficantes. A ideia da ONG responsável pelo projeto, a [Rainforest Connection](#), é ampliar a cobertura do sistema já no início de 2015.

O mundo na sua mão

Não é preciso instalar painéis solares em árvores da Amazônia para ajudar o meio ambiente. Separamos abaixo alguns aplicativos que combatem os abusos e incentivam o uso racional dos recursos naturais. Confira abaixo.

[Go Green](#) (Android): Traz dicas de sustentabilidade para o dia a dia, que podem ser aplicadas em casa, no trabalho e na vida. As dicas não se repetem. O sistema lista automaticamente as dicas já apresentadas e oferece sempre novas informações para serem aplicadas no dia a dia.

[Lixarada](#) (iOS): A WiseWaste desenvolveu este aplicativo que permite que você faça registros detalhados para denunciar os lixões clandestinos. Possui um sistema de geolocalização que identifica com exatidão o lugar da ocorrência. Assim que comprovada, a informação é encaminhada para os órgãos públicos responsáveis.

[Sai Desse Banho SWU](#) (iOS): Seguindo o lema do movimento sustentável internacional da SWU, “Starts With You” (Começa com você), o aplicativo incentiva a economia de água por meio de três desafios com diferentes metas de redução do tempo do banho. Se não forem cumpridas, uma música extremamente irritante te fará desligar o chuveiro e ir correndo parar o despertador.

[Akatu Fake Shower](#) (iOS): Para acabar com o hábito de ligar o chuveiro para disfarçar “idas ao banheiro” o Instituto Akatu desenvolveu o Fake Shower. O aplicativo simula o som de água caindo, assim como sugere o nome “Falso Banho”. Além de mostrar a quantidade de água economizada com a iniciativa.

[Green Tips](#) (Android): Oferece mais de 150 dicas “verdes” relacionadas a mobilidade urbana, descarte de resíduos, saúde, alterações climáticas, produtos químicos, água, consumo, que podem ser compartilhadas com amigos nas redes sociais. Para exibir uma nova dica basta “chacoalhar” o Smartphone. Também é gratuito.

[Eco Charger](#) (Android): Quando a bateria do telefone carrega completamente o certo seria retirá-lo imediatamente da tomada pois enquanto ele está plugado continua consumindo energia, mas não é sempre que conseguimos lembrar. Este app vai te lembrar de desplugar o carregador da tomada e ainda notifica com um zumbido se o aparelho superaquecer ou se a voltagem estiver muito alta.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

[Akatu Fake Shower](#) (iOS): É comum quando as pessoas estão no banheiro ligar a torneira ou chuveiro para evitar 'barulhos constrangedores', mas para evitar o desperdício de água decorrente da prática este app simula o barulho da água caindo sem gastar uma gota sequer. Ao final do processo, dá para saber a quantidade de água que foi economizada.

[Skeptical Science](#) (IOS, Android): Sempre tem alguém que não acredita em aquecimento global. Seja numa mesa de bar ou no almoço de família, este app vai ter dar argumentos consistentes para dissertar sobre o tema, com respostas prontas e ordenadas de acordo com os argumentos mais utilizados pelos céticos.



26 Universidade Estadual oferece 2.388 vagas e 719 para negros e índios em 2015

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 24.11.2014

Paulo Fernandes

Em 2015, a UEMS (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) irá oferecer 2.388 vagas para novos alunos em 15 municípios. A informação foi divulgada, nesta segunda-feira (24), no Diário Oficial do Estado.

De acordo com a publicação, as vagas serão distribuídas da seguinte forma: 1.669 para vagas gerais, 478 para negros e 241 para índios. As cotas são uma característica da instituição.

A distribuição das vagas por [curso](#) e município pode ser conferida no endereço https://ww1.imprensaoficial.ms.gov.br/pdf/DO8805_24_11_2014.pdf, na página 34.



27 Povos e comunidades tradicionais se reúnem em Brasília

SÍTIO PORTAL BRASIL, 24.11.2014

Encontro debate a Política Nacional de Desenvolvimento para Povos e Comunidades Tradicionais de 25 a 27 de novembro

Representantes, lideranças e delegados dos povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil se reúnem em Brasília, de terça (25) a quinta-feira (27), para o II Encontro Nacional com a finalidade de debater a Política Nacional de Desenvolvimento para Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O encontro permitirá que se faça um balanço dos últimos dez anos de políticas e avanços do governo federal na implementação da PNPCT. O evento é organizado e coordenado pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

A pauta das discussões contemplará os anseios das duas comunidades, já elaborados durante as cinco prévias regionais, realizadas ao longo do ano, tendo por base a avaliação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e seus instrumentos de implantação.

Os participantes do encontro querem, ainda, gerar recomendações ao Projeto de Lei nº 7.447/2010, que estabelece diretrizes para as políticas públicas de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais.

Segundo o secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA, Paulo Guilherme Cabral, o maior desafio da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) é garantir o direito aos territórios a fim de preservar a cultura desses povos e o meio ambiente. Ele explicou que os povos e comunidades tradicionais são grandes defensores da natureza e vivem em harmonia com ela.

Saiba Mais

São povos e comunidades tradicionais os indígenas, quilombolas, extrativistas, pescadores, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, ciganos,

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

faxinalenses, ribeirinhos, caiçaras, praieiros, sertanejos, jangadeiros, açorianos, campeiros, varjeiros, pantaneiros, geraizeiros, veredeiros, caatingueiros e barranqueiros.

Sobre a PNPCT

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) é uma ação do governo federal que busca promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, formas de organização e instituições.

Fonte:

[Ministério do Meio Ambiente](#)

28 Ato público defende cidadania dos povos tradicionais
SÍTIO VERMELHO, 24.11.2014

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) da Câmara promove nesta terça-feira (25), às 16 horas, um ato público em defesa dos povos e comunidades tradicionais com o objetivo de promover a universalização de instrumentos que assegurem o pleno exercício da cidadania a todos os segmentos da população. . O evento será no Hall da Taquigrafia da Câmara dos Deputados.



Projeto de lei em tramitação na Câmara quer fortalecer a identidade das comunidades tradicionais para garantir sua autonomia e reprodução física, social, econômica e cultural.

“Isso é de fundamental importância e encontra grande obstáculo na situação de extrema vulnerabilidade em que se encontram os povos e comunidades tradicionais em nosso País”, argumenta a deputada Erika Kokay (PT-DF), que sugeriu a realização do evento.

O entendimento dos deputados que participam dessa luta é que, para reverter essa vulnerabilidade, o Parlamento tem papel fundamental. Atualmente tramita na Câmara projeto de lei do deputado Luiz Alberto (PT-BA) que reconhece as especificidades desse segmento social.

A proposta assegura que esses grupos são culturalmente diferenciados, possuem formas próprias de organização social e ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

Pelo projeto, enquadram-se nessa definição, entre outros grupos, ciganos, povos de matriz africana, quilombolas, indígenas, açorianos, caatingueiros, caiçaras, campeiros, castanheiros, comunidades de fundo de pasto, faxinalenses, geraizeiros, jangadeiros, marisqueiras, pescadores artesanais, pantaneiros, praieiros, quebradeiras de coco-de-babaçu, retireiros do Araguaia, ribeirinhos, seringueiros, sertanejos, varjeiros, varzanteiros e veredeiros.

A intenção é que o fortalecimento da identidade étnica e cultural dos povos e comunidades tradicionais seja capaz de garantir sua autonomia e reprodução física, social, econômica e cultural.

“A aprovação desse projeto de lei representará, conseqüentemente, o reconhecimento também por parte do Poder Legislativo da necessidade de conferir maior solidez àquelas garantias, para além de programas sociais ou de incentivos governamentais”, explica a deputada Erika Kokay.

Da Redação em Brasília

Com PT na Câmara

29 Incra publica relatório para delimitação de território quilombola em Sergipe
SÍTIO INCRA, 24.11.2014



Foi publicado na edição de sexta-feira (21), do Diário Oficial da União (DOU), mais um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas em Sergipe.

O documento, elaborado pelo Incra, é peça fundamental para o prosseguimento do processo que irá definir o território a ser explorado pela comunidade quilombola de Desterro, no município de Indiaroba (distante cerca de 115 Km da capital Aracaju). “A conclusão e publicação desse relatório representa uma grande conquista para a comunidade de Desterro e, também, para o Incra. É mais um avanço importante que reflete a consistência do trabalho que estamos desenvolvendo perante as comunidades quilombolas em Sergipe”, analisou Leonardo Góes, superintendente regional do Incra/SE.

Com a oficialização deste documento, Desterro tornou-se a 11ª comunidade quilombola de Sergipe contemplada com a publicação de RTIDs.

A Comunidade

Composta por 34 famílias, a comunidade de Desterro está localizada a apenas cinco quilômetros da sede

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210/ 2014

Brasília, 24 de novembro de 2014.

do município de Indiaroba (SE).

Além da agricultura (com os cultivos de mandioca, milho, feijão e amendoim), principal atividade econômica da comunidade, no local também são desenvolvidos a pecuária extensiva e a piscicultura.

Segundo o RTID elaborado pelo Incra, o território a ser destinado ao desenvolvimento e à preservação cultural da comunidade de Desterro deverá ser composto por uma área de 124, 8 hectares.

Quilombolas em Sergipe

Dentre as 11 comunidades já contempladas com a publicação de RTIDs em Sergipe, três encontram-se em estágios avançados para a definição de seus territórios.

As comunidades de Mocambo, no município de Porto da Folha (SE), e Lagoa dos Campinhos, em Amparo do São Francisco (SE) - que em 2009 tiveram seus territórios reconhecidos por decretos presidenciais -, possuem, respectivamente, 95% e 90% das áreas delimitadas pelos RTIDs já sob posse das famílias quilombolas. Serra da Guia, em Poço Redondo (SE), apresenta 10% de seu território sob posse da comunidade.

Outras nove comunidades quilombolas sergipanas possuem RTIDs em fase de elaboração ou aguardando publicação.

Ao todo, existem 5.040 famílias quilombolas cadastradas pelo Incra, vivendo em 28 comunidades espalhadas por todo o estado de Sergipe.

Assessoria de Comunicação Social do Incra/SE

(79) 4009-1524

www.incra.gov.br